

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Carolina de Sousa Cardoso

MULHERES E MORADIAS AUTOPRODUZIDAS: outra produção arquitetônica

Belo Horizonte

2024

Carolina de Sousa Cardoso

MULHERES E MORADIAS AUTOPRODUZIDAS: outra produção arquitetônica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Silke Kapp

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

C268m

Cardoso, Carolina de Sousa.

Mulheres e moradias autoproduzidas [recurso eletrônico] : outra produção arquitetônica / Carolina de Sousa Cardoso. - 2024.

1 recurso online (p. 84: il.).

Orientador: Silke Kapp

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Habitações - Construção - Teses. 2. Arquitetura de habitação - Teses. 3. Espaço (Arquitetura) - Teses. I. Kapp, Silke. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. VI. Título.

CDD 363.51



Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Silke Kapp (Orientadora-EA-UFGM) _____

Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva (EA-UFGM) _____

Profa. Dra. Sulamita Fonseca Lino (UFOP-por videoconferência) _____

Documento assinado digitalmente
gov.br SULAMITA FONSECA LINO
Data: 01/07/2024 08:31:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Mariana de Moura Cruz (Pós-doutoranda NPGAU-por videoconferência) _____

Mariana de Moura Cruz:01435513614
Digitally signed by Mariana de Moura Cruz:01435513614
Date: 2024.07.02 16:42:46 -03'00'

Ciente: _____

Discente Carolina de Sousa Cardoso

[Em caso de aprovação condicionada à entrega das revisões constantes nesta Ata e aceitas pela orientadora]

Atesto que as alterações exigidas _____ cumpridas.

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____

Orientadora: _____

Professora Silke Kapp

Homologada a Aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo em 02/09/2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALTAMIRO SERGIO MOL BESSA
Data: 03/09/2024 12:39:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador(a): _____

Prof. Dr. Altamiro Sergio Mol Bessa
Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) EA/UFGM

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que se dispuseram a compartilhar comigo suas experiências e confiaram em mim: Flor, Neila, Simone, Lu Dandara, Iolanda, Eliane, Cris, Carla e Mara.

A Silke, pelo apoio, paciência e pelas orientações que sempre me fizeram refletir para além dos assuntos da dissertação. Obrigada por me apresentar à Teoria Crítica durante a graduação e por ter me acompanhado pelo processo do Mestrado.

A Leta, por ter me auxiliado durante todos os caminhos que possibilitaram a pesquisa apresentada neste texto. Obrigada por ter me apresentado aos 'outros' modos de fazer arquitetura.

A Mari, pelos comentários e sugestões feitos na banca de qualificação e em outros momentos, que foram muito importantes para que o trabalho chegasse a essa forma. A Núria, pela companhia nos momentos de angústia e pelos incentivos.

Ao Tiago, meu eterno parceiro de crítica. Obrigada por todas as nossas conversas intermináveis, pelos momentos de desconpressão e por ser meu apoio.

Aos meus amigos, sobretudo Ana, que suportaram com tanta paciência minhas ausências e que estão prontos para me ajudarem sempre que preciso.

Ao Gustavo, pelo amor, incentivo e suporte nos momentos difíceis. Obrigada por dividir a vida comigo, cara.

A Mel, por ser meu ponto de referência, e por tanto mais. Obrigada por sempre me trazer de volta para mim.

Aos meus pais, por serem minha rede de cuidado e companheirismo, e por terem me dado todo o apoio necessário para que eu pudesse estudar e conquistar

meus objetivos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a interseção entre mulheres, os processos de autoprodução de seus espaços cotidianos e suas possibilidades e capacidade de autonomia nestes contextos. Por meio da proposição de uma perspectiva de gênero para estudar espaços produzidos fora da lógica convencional e heterônoma, a investigação se orienta pelo seguinte questionamento: a maior autonomia relativa, característica da autoprodução de moradias, e os ganhos que representa para seus praticantes é generalizável, ou é privilégio masculino? Para tentar analisar criticamente alguns dos diversos aspectos que perpassam este questionamento, a pesquisa se desenvolve por uma metodologia que agrega contribuições teóricas com relatos de mulheres sobre suas experiências com a produção espacial. A premissa principal é contribuir para a construção de conhecimento, no campo da arquitetura, sobre questões e problemáticas que convencionalmente não fazem parte do escopo de discussão e atuação de seus membros, seja no âmbito da academia ou da prática profissional. A orientação crítica da pesquisa também se volta para as referidas formas de atuação, em uma tentativa de desvelar como nós, arquitetas e arquitetos, pesquisadoras e pesquisadores, servimos à manutenção da dominação e opressão feminina ou se, em sentido contrário, podemos contribuir para a problematização da ordem hegemônica e para processos que rompam com a lógica de condicionamento de mulheres a espaços que não atendem a suas necessidades, desejos e dinâmicas específicas.

Palavras-chave: autoprodução habitacional; gênero; autonomia.

ABSTRACT

This work aims to discuss the intersection between women, the processes of self-production of their daily spaces, and their possibilities and capacity for autonomy in these contexts. Through the proposition of a gender perspective to study spaces produced outside conventional and heteronomous logic, the investigation is guided by the following question: is the greater relative autonomy, characteristic of self-production of housing, and the benefits it represents for its practitioners generalizable, or is it a male privilege? To critically analyze some of the various aspects that permeate this question, the research develops a methodology that integrates theoretical contributions with women's accounts of their experiences with spatial production. The main premise is to contribute to the construction of knowledge in the field of architecture about issues and problems that conventionally do not form part of the scope of discussion and action of its members, whether in academia or professional practice. The critical orientation of the research also focuses on these forms of action, in an attempt to reveal how we, architects, researchers, and scholars, serve to maintain female domination and oppression or, conversely, can contribute to questioning the hegemonic order and to processes that break with the logic of conditioning women to spaces that do not meet their needs, desires, and specific dynamics.

Keywords: self-produced housing; gender; autonomia.

LISTA DE ENTREVISTAS CITADAS

Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG

Flor, entrevista realizada em 2019 como parte do trabalho de conclusão de curso, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Margarete Maria de Araújo Silva. *Primeira citação na p. 16*

Neila, entrevista realizada em 2019 como parte do trabalho de conclusão de curso, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Margarete Maria de Araújo Silva. *Primeira citação na p. 54*

Bom Despacho – MG

Eliana, entrevista realizada em 19/06/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 15.*

Iolanda, entrevista realizada em 18/06/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 38.*

Comunidade Dandara, Belo Horizonte - MG

Lu Dandara, entrevista realizada em 09/07/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 57.*

Comunidade Eliana Silva, Belo Horizonte - MG

Simone, entrevista realizada em 2019 como parte do trabalho de conclusão de curso, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Margarete Maria de Araújo

Silva. *Primeira citação na p. 54*

Cris, entrevista realizada em 16/07/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 46.*

Inhaúma - MG

Mara, entrevista realizada em 07/08/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 48.*

Comunidade Paulo Freire, Belo Horizonte - MG

Carla, entrevista realizada em 25/06/2022 como parte da dissertação de mestrado, orientado pela Profa. Dra. e arquiteta urbanista Silke Kapp. *Primeira citação na p. 44.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Minas Gerais identificando os municípios das mulheres entrevistadas.....	42
Figura 2 - Local da entrevista com Iolanda	44
Figura 3 - Local da entrevista com Eliana	49
Figura 4 - Local da entrevista com Carla.....	53
Figura 5 - Local da entrevista com Cris e Simone.....	57
Figura 6 - Local da entrevista com Mara	59
Figura 7 - Local das entrevistas com Flor e Neila	68
Figura 8 - Local da entrevista com Lu	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
AnP	Arquitetura na Periferia
MOM	Morar de Outras Maneiras
PVD	Programa de Desligamento Voluntário
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 A voz de um texto.....	14
2 Uma primeira breve história.....	16
3 Circunscrevendo um tema.....	18
4 Sobre a pesquisa teórica	22
4.1 Uma breve discussão sobre alguns conceitos e ideias	26
5 Sobre a pesquisa empírica	32
6 Mulheres e a autoprodução de moradias	41
6.1 Conflitos de gênero e a suposta incapacidade feminina	43
6.2 A espacialidade do trabalho doméstico e a sobrecarga feminina.....	48
6.3 Adequações e desvios do papel feminino.....	56
6.4 Especificidades da autoprodução de moradias	71
7 Considerações finais.....	80
REREFÊNCIAS	83

1 A voz de um texto

O assunto central da pesquisa que deu origem a esta dissertação é o exercício da autonomia por mulheres envolvidas na autoprodução de moradias. Comecei essa pesquisa com a premissa de criar um texto orientado para o compartilhamento de ideias e experiências, e não para um produto fechado. Isso seria coerente com o tema e com minhas motivações pessoais.

Ao mesmo tempo, tive receio de não alcançar a profundidade esperada de uma dissertação de mestrado, com uma base sólida de referências a outras pesquisas e uma linguagem minimamente formal. Há limites que, embora não sejam definidos por regras explícitas, são senso comum no meio acadêmico — pelo menos entre os colegas com quem discuti o assunto. Só percebi o quanto estava me afastando das minhas intenções iniciais na apresentação para a banca de qualificação, quando a professora Margarete Araújo Silva comentou que o texto estava “palavrudo”. Eu havia caído na armadilha que criticava: a escrita seguia uma lógica pouco acessível a pessoas de fora da academia, com excessivo rebuscamento e frases longas e truncadas, além de generalizações indevidas. Estava mais preocupada com o volume de páginas entregue para a banca de qualificação do que no processo de escrita.

No mesmo semestre, cursei uma disciplina na Faculdade de Educação da UFMG que desconstruiu algumas barreiras que moldavam minha forma de escrever. O objeto da disciplina era a pesquisa e o registro de conhecimentos que não se encaixam no que é convencionalmente visto como ciência, e como fazer isso rompendo com as normas tradicionais da produção acadêmica. Os exercícios semanais de escrita e leitura coletiva me deram mais confiança para escrever sobre experiências vividas, por mim e por outras pessoas. Também me marcou um comentário de uma colega de trabalho. Ela disse que, embora estivesse interessada na minha pesquisa, não teria tempo para ler o texto e preferia uma maneira alternativa para se informar sobre o assunto. Ela sugeriu que eu criasse uma versão que as pessoas poderiam ouvir enquanto realizassem outras atividades. Decidi criar duas versões para compartilhar a pesquisa: uma escrita e outra em áudio. Porém, não bastava gravar o mesmo texto em voz alta. Um áudio precisa ser claro e direto para

ser compreensível, o que meu texto não era. Nesse processo de mudança de formato, percebi que a comunicação por voz tem um potencial que falta ao texto escrito. Ela parece menos propensa a respostas prontas e mais apta a gerar perguntas, o que é fundamental para uma construção coletiva do conhecimento.

Para a versão escrita, me inspirei numa observação do arquiteto Tiago Castelo Branco: “a arquitetura é, em si, experiência, a experiência da produção do espaço; contar histórias sobre esses processos é uma possibilidade de pensar em saídas para as contradições experimentadas”¹. Tiago estruturou sua tese de doutorado como um conjunto de crônicas, escritas em linguagem coloquial, apresentando seus pontos de vista e, ao mesmo tempo, convidando o leitor a refletir sobre as experiências relatadas.

Passei a ver este trabalho como um ensaio, que não esconde as dificuldades e os ajustes ao longo do caminho. Conforme os objetivos da pesquisa, faz sentido que a dissertação seja um meio para divulgar as experiências que me foram relatadas e que aqui são acrescentadas, na medida do possível, da minha interpretação. Reconheço que essa interpretação é uma visão parcial, moldada pela minha trajetória, meus valores e meus interesses.

¹ LOURENÇO, *Com orde minha mesmo*, 2022.

2 Uma primeira breve história

Conheci Eliana² por uma amiga, que tinha ido a uma festa em sua casa e a escutou contar casos sobre a reforma que estava fazendo. Eliana me recebeu num sábado de manhã e logo disse que a obra era seu grande sonho. Quando ganhou um prêmio em dinheiro num sorteio, viu a possibilidade de realizar esse sonho. Separou parte do dinheiro para ter uma reserva financeira e resolver algumas pendências, e destinou o restante à reforma, que envolvia quase todos os cômodos da casa. Fez algumas contas iniciais e traçou sua estratégia: metade do dinheiro para a mão de obra; metade para a compra dos materiais. Já tinha a casa ‘desenhada’ na imaginação, planejada no decorrer de mais de trinta anos de vivência naquele espaço.

Diz o senso comum que reformas são demoradas e estressantes, mas Eliana não esperava que, além dos problemas comuns, enfrentaria tantos questionamentos das suas decisões a respeito da obra. Sua experiência exemplifica os desafios e conflitos que caracterizam a atuação feminina na autoprodução espacial e como as estruturas de dominação e opressão afetam essa atuação. Ela sabia que o marido não permitiria que ela administrasse o dinheiro do prêmio e que, se a responsabilidade financeira fosse dele, a reforma não aconteceria. E estava certa: o marido logo tirou uma quantia para pagar suas contas. Foi o primeiro de muitos confrontos. Apressou-se para comprar os materiais (se pelo menos isso estivesse garantido, conseguir dar um jeito no resto depois) e agilizou o mais que pôde a contratação da mão de obra.

A reforma da casa começou em 2019 e ainda não está concluída. Para Eliana, os três anos de construção foram três anos de brigas com o marido. Nenhuma decisão foi tomada sem que eles discordassem. Ele dizia que ela não entendia de construção civil; ela rebatia, argumentando que passava o dia todo em casa, limpava tudo sozinha e sabia o que atenderia às necessidades do cotidiano. No fim, Eliana conseguiu que as alterações fossem feitas como queria, mas isso exigiu muito retrabalho, gastos desnecessários, desperdício de material e longas discussões. Até decisões simples

² Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

geraram controvérsias, como aquela sobre a nova tubulação de gás, necessária para deslocar a cozinha da parte interna da casa para uma área externa, junto do lazer, da lavanderia e da despensa, que era um dos itens mais importantes da reforma. O marido escolheu, sem muito critério, uma posição para o ponto de gás. Ela discordou, pois queria que o ponto abastecesse tanto a nova cozinha quanto a cozinha temporária na varanda.

Ele jogou tudo que tinha na mão no chão, xingou e brigou e falou que, então, eu que tomasse conta. Eu falei, *Se eu tivesse tomando conta desde o começo, muita coisa já ia estar pronta aqui*. Porque as coisas que ele queria, fazia. E no final tinha que desmanchar. Sabe, eu sei que eu não entendo de arquitetura, não entendo de nada, não, mas as coisas que eu opinava, eu opinava porque eu tinha certeza.

Apesar dos conflitos com o marido, a que ainda se somaram conflitos semelhantes com os pedreiros, Eliana conseguiu concluir a primeira etapa da reforma mais ou menos como desejava. No entanto, o processo consumiu todo o dinheiro do prêmio e, agora, terá que conseguir mais recursos para uma segunda etapa de obras e, talvez, uma terceira. Ela acredita que serão mais tranquilas — não porque as experiências anteriores tenham ampliado seu poder de decisão, e sim porque “Agora não tem muito mais o que dar palpite não, tudo que vai ser feito ele já tinha programado”.

3 Circunscrevendo um tema

O caso de Eliana ilustra um pouco do tema que se trata de descrever e discutir nesta dissertação: as experiências das mulheres em processos de autoprodução de moradias e os impactos de desigualdades de gênero nesse contexto. Como em tantos outros âmbitos, também neste a subordinação tende a caracterizar as experiências das mulheres. Flor, uma moradora do Aglomerado da Serra que há mais de trinta anos se ocupa da autoprodução de sua casa e que entrevistei em 2018 durante o desenvolvimento de meu TCC³ (Trabalho de Conclusão de Curso), resumiu isso nos seguintes termos:

É o que a gente vê na maioria das casas, principalmente na favela. A maioria são as mulheres que chefiam, são as mulheres que são provedoras, são as mulheres que pagam a mão de obra, são as mulheres que compram o material, mas elas não são respeitadas.⁴

Na prática convencional, seja formal ou informal, prevalece a ideia de que o proverbial ‘lugar de mulher’ será determinado por outros, que não as próprias mulheres que ocupam esse ‘lugar’. Ora são especialistas, ora são os maridos ou pedreiros que definem os espaços utilizados prioritariamente pelas mulheres, sem que suas experiências e opiniões sejam levadas seriamente em consideração. E, em certa medida, isso vale até mesmo para as pesquisas em arquitetura e urbanismo que têm se ocupado da autoprodução. Quando deixam de considerar, especificamente, a dimensão do gênero, os conceitos com que operam acabam se baseando em perspectivas masculinas.

Conceitos são, como aponta Silke Kapp⁵, ferramentas teóricas para construir objetos de pesquisa e produzir conhecimento sobre eles. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza os define como “unidades explicativas fundamentais”⁶ que, ao mesmo tempo que fazem parte de qualquer construção teórica, são formados e revisados pelo

³ CARDOSO, *Sobre a mulher autoproductora e autonomia: os universos possíveis*, 2018.

⁴ Flor, entrevista realizada em 2018.

⁵ KAPP, *Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial*, 2021, p. 359.

⁶ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p.9.

conhecimento existente. Quando não há ferramentas conceituais para que mulheres orientem e interpretem suas experiências, é provável que as informações que eventualmente fornecem a uma pesquisa sejam apresentadas de acordo com conceitos socialmente difundidos e aceitos. Esse mecanismo, por sua vez, favorece a perpetuação de noções já estabelecidas, negligenciando incompatibilidades, desvios e contradições. Não tomar o gênero como uma dimensão central da análise nas pesquisas sobre a produção do espaço e, particularmente, sobre a produção do espaço de moradia, contribui para ocultar e perpetuar relações de opressão enfrentadas pelas mulheres.

A pesquisa aqui apresentada começou a partir da identificação desse problema nas pesquisas quando, durante a graduação, nas visitas de campo da disciplina *Oficina de Urbanismo e Paisagismo: Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários*, tive os primeiros contatos com a realidade da autoprodução de moradias. Uma de suas vantagens em relação à produção formal heterônoma é que, apesar de todas as limitações, a autoprodução dá às pessoas envolvidas maior liberdade de decisão sobre como conceber, construir e usar seus espaços. No entanto, as observações e conversas em campo me levaram a suspeitar que as mulheres raramente compartilham dessa relativa autonomia que distingue a autoprodução da produção formal heterônoma. Mesmo que elas sejam as principais responsáveis pela manutenção da família (incluindo o sustento financeiro), costumam ficar excluídas dos processos de decisão e se veem restritas a espaços que não correspondem às suas necessidades, preferências e prioridades.

Tal suspeita foi o ponto de partida do meu TCC na Escola de Arquitetura da UFMG, em 2019, sob a orientação da já mencionada professora Margarete Araújo Silva. A pergunta era, justamente, se a possibilidade de tomar decisões de forma mais autônoma na autoprodução habitacional pode ser generalizada ou se é predominantemente um privilégio masculino. E as constatações a que cheguei confirmaram a suspeita: tudo indica que a autoprodução de moradias, tal como se estabeleceu na nossa sociedade patriarcal, reforça estruturas de poder e de dominação de gênero.

Esse ainda é o tema central das minhas pesquisas. Porém, acrescento agora a hipótese de que a autoprodução também pode se tornar uma forma de resistência

e enfrentamento, com ganhos de autonomia para as mulheres. Para explorar isso e, talvez, encontrar novos caminhos, continuo investigando o que chamo de “outra” produção arquitetônica. Uso o termo com base na reflexão de Kapp sobre espaços autoproduzidos, que os chama de “outros” por estarem à margem das instituições jurídicas, técnicas e econômicas da sociedade⁷. Mas enfatizo ainda mais o caráter “outro” dos espaços autoproduzidos por mulheres ou com sua participação efetiva. Encaro-os numa perspectiva feminista, criticando a imposição de normas por grupos dominantes e sua suposta superioridade em relação a quaisquer outras formas de existência. Portanto, o que chamo de “outra” produção arquitetônica é uma produção duplamente marginalizada e subordinada: ela contraria a produção do espaço considerada legítima (dita formal), e ela contraria a dominação masculina que prevalece mesmo no âmbito da autoprodução (dita informal).

Nesse sentido, um objetivo dessa dissertação é o de ampliar o conhecimento sócio-espacial⁸ mediante uma perspectiva de gênero na análise de espaços produzidos fora da lógica convencional. Seu outro objetivo é a reflexão crítica sobre práticas profissionais e de pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo.

Esta dissertação está estruturada em em quatro capítulos. No primeiro, “A voz de um texto”, apresento algumas reflexões que acompanharam meu processo de escrita, e que são relevantes para o entendimento das escolhas que definiram a pesquisa apresentada. O segundo capítulo, “Uma primeira breve história”, trata de uma história contada por uma das mulheres entrevistadas, e tem a intenção de ambientar alguns dos temas que foram explorados ao longo do texto. O terceiro capítulo, “Circunscrevendo um tema”, complementa o capítulo anterior, apresentando um pouco mais os assuntos abordados no texto. No quarto capítulo, “Sobre a pesquisa teórica”, discuto apontamentos teóricos que embasaram a metodologia proposta e os procedimentos utilizados na coleta de informações. No capítulo quatro, “Sobre a pesquisa empírica”, faço uma contextualização do percurso que levou à identificação da lacuna de conhecimento sobre as especificidades femininas na autoprodução de

⁷ KAPP, *A outra produção arquitetônica*, 2008, p. 129.

⁸ Conforme proposto por Marcelo Lopes de Souza (2013), adoto sócio-espacial com hífen no intuito de enfatizar a relação dialética entre os termos.

moradias e à definição da pergunta da pesquisa. No capítulo cinco, “Mulheres e a autoprodução de moradias”, apresento minhas análises e interpretações sobre as questões que foram mais recorrentes nos relatos das entrevistadas, que estão organizadas em quatro eixos de discussão, e articulo as análises com as discussões teóricas que fundamentaram este trabalho. Por fim, no capítulo seis, resgato aspectos levantados ao longo do texto que sugerem alternativas à lógica heterônoma e que apontam para uma produção espacial em que mulheres tenham mais possibilidades e capacidade de atuarem de acordo com suas necessidades e vontades.

4 Sobre a pesquisa teórica

Para investigar o que há por trás dos conflitos que permeiam a relação entre mulheres e autoprodução de espaços cotidianos⁹, recorri principalmente aos campos de conhecimento da arquitetura e do feminismo, e busquei referências nas ciências sociais, na geografia e na educação. As abordagens teóricas mais relevantes para meu objetivo têm em comum o caráter enfaticamente crítico.

Em termos simples, teorias críticas não buscam comprovar hipóteses ou encontrar soluções específicas, mas são voltadas para possibilidades de mudança social. Segundo Amy Allen, teorias críticas são aquelas que fazem “crítica aos mecanismos sociais vigentes – como o feminismo, a Teoria Queer, a Filosofia Crítica da Raça, a Teoria Pós-Colonial”, e nisso diferem de “abordagens teóricas mais abstratas ou utópicas que estão interessadas em falar sobre como a sociedade deveria ser, sem olhar para como ela realmente é”¹⁰. Nessa dissertação, a teoria crítica feminista e a teoria crítica da arquitetura são as mais importantes para elucidar os entrelaçamentos entre produção espacial, relações sociais e vivências femininas.

O feminismo contemporâneo¹¹, na definição das sociólogas Marjorie Devault e Glenda Gross, é um movimento social e acadêmico diversificado, composto por práticas e perspectivas que têm em comum o fato de se centrar nas mulheres e nas questões de gênero, visando promover a justiça e os interesses femininos¹².

A antropóloga e teórica feminista Ochy Curiel observa, no entanto, que muitos

⁹ Usa-se aqui o conceito conforme proposto por Kapp, de que espaço cotidiano é o espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e tampouco demanda organização por especialistas. (KAPP, Silke, 2011)

¹⁰ ALLEN, *Entrevista com Amy Allen*, 2016, p.252.

¹¹ Aqui vale destacar que foi uma escolha metodológica não me estender demasiadamente sobre a teoria feminista. Considerando os objetivos do texto, especialmente por se tratar de uma produção acadêmica acessível a indivíduos de diversos contextos sociais, econômicos e educacionais, tanto dentro quanto fora da academia, optei por evitar discussões de caráter fortemente teórico, que poderiam dificultar a compreensão do tema abordado. Contudo, para aprofundamento do assunto, sugiro a leitura de algumas autoras feministas, como Ângela Davis, Luna Lyra, Ochy Curiel, Silvia Federice, Flávia Biroli, bell Hooks, Maria Lugones, Chandra Mohanty.

¹² DEVAULT; GROSS, *Feminist qualitative interviewing: experience: talk, and knowledge*, 2007.

cientistas e pesquisadores reconhecem as contribuições da crítica feminista sem incorporarem às suas referências teóricas, perpetuando assim a pouca representatividade das mulheres na produção do conhecimento¹³. Se elas têm menos voz nessa produção, também reflexões, estudos e categorias que abordam especificidades femininas são menos considerados, e são menores as chances de as mulheres interpretarem suas experiências e orientarem suas ações de maneira consistente com suas próprias necessidades. Romper com esse ciclo vicioso é um dos principais objetivos das pesquisas de orientação feminista.

Se as produções feministas ainda ocupam uma posição relativamente marginal nas ciências, as discussões metodológicas nesse âmbito são ainda mais escassas. Certamente, não há uma 'metodologia feminista'. Seria mais apropriado falar em metodologias, no plural, pois a teoria feminista reconhece que pesquisas são sempre contextualizadas, histórica, social e culturalmente, abrangendo uma variedade de disciplinas. Falar em metodologias feministas de pesquisa significa, sobretudo, incorporar a perspectiva de gênero e analisar as relações de poder no processo de investigação, em vez de adotar técnicas predefinidas ou aderir a algum paradigma, ignorando que tais escolhas são influenciadas por convicções e ideologias, o que, por sua vez, afeta os métodos de pesquisa e seus resultados. A premissa é não apenas a de considerar o gênero na produção de conhecimento, e sim a de criar conhecimento sobre mulheres, a partir de mulheres e para mulheres.

Encaro o presente estudo como um exercício prático-teórico¹⁴ feminista, ancorado numa postura política que, além dos objetivos apontados acima, envolve perspectivas interseccionais. No âmbito da produção teórica feminista, há um extenso debate sobre como diferenças e disparidades de poder e representatividade entre mulheres impactam o conhecimento. Destacam-se aí as contribuições que adotam a

¹³ CURIEL, *Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista*, 2019.

¹⁴ A concepção de exercício prático-teórico fundamenta-se na argumentação de Kapp, Baltazar e Morado, que dizem que um exercício crítico é simultaneamente uma forma de teoria e uma forma de práxis, que tende a se mostrar mais teórico ao lidar com a sociedade como um todo e mais prático ao abordar situações específicas. Contudo, não se propõe a ser um manual, um manifesto ou uma estratégia de resolução de problemas, permanecendo crítico e não-prescritivo.

perspectiva racial¹⁵ e decolonial¹⁶, e questionam as universalizações indevidas que perpassam as próprias teorias feministas. Elas sublinham que a maior parte dessas teorias é produzida no chamado Primeiro Mundo/ Norte, com abordagens ‘colonizadoras’ em relação às experiências femininas no chamado Terceiro Mundo/ Sul¹⁷. Argumentam que análises que tratam todas as mulheres como um grupo homogêneo tendem a relegar as mulheres dessas últimas regiões à qualidade de ‘outras’. A diversidade de suas experiências, lutas, negociações e resistências contra diversas formas de opressão são desconsideradas. Portanto, é crucial que a discussão sobre a subordinação feminina esteja devidamente situada nos contextos das mulheres que são sujeitos de uma pesquisa, sem a adoção acrítica de teorias e práticas estranhas às suas realidades.

Cabe aqui um desvio para reconhecer uma lacuna importante nesse trabalho. Mulheres partilham de características e condições sociais semelhantes e, desse modo, compõe um grupo social. Contudo, o uso do termo ‘mulheres’ nega, ou ao menos minimiza, a diversidade que constituem os indivíduos. As diferentes condições de vulnerabilidade impactam nas possibilidades e na capacidade das mulheres participarem da produção de seus espaços, e as diversas dimensões intrínsecas da organização capitalista e hegemônica são essenciais para uma compreensão mais ampla e assertiva. Em função da dinâmica de produção de uma dissertação de mestrado, a complexificação das análises não pode ser feita da forma que acredito ser necessária. Contudo, ainda que não tenha submetido criteriosamente minhas análises a outros recortes que não o recorte de gênero, elas não estão totalmente apartadas das interpretações e discussões que proponho nesta dissertação.

¹⁵Para se aprofundar sobre a discussão do recorte racial no movimento feminista, ver DAVIS, *Mulheres, raça, classe*, [1981] 2016.

¹⁶Para se aprofundar sobre a corrente do feminismo decolonial, ver LUGONES, *Rumo a um feminismo decolonial*, 2014.

¹⁷ É necessário esclarecer o uso dos termos Terceiro Mundo/Sul e Primeiro Mundo/Norte. Adoto-os baseada na discussão proposta pela arquiteta e urbanista Luna Lyra (2021), que se baseia na argumentação desenvolvida pela pesquisadora indiana Chandra Mohanty (2003). Assim, o uso dos termos Terceiro Mundo/Sul e Primeiro Mundo/Norte tem como intuito abarcar os diferentes significados que as denominações Sul/Norte e Primeiro Mundo/Terceiro Mundo possuem, indo de encontro com a defesa de uso de termos não monolíticos e alternativos que se aproximam do que se deseja enfatizar no contexto específico da presente pesquisa.

Outra questão crucial é a contextualização do próprio processo de pesquisa e da posição que nele ocupo como pesquisadora, seja no trabalho de campo ou na análise, interpretação, teorização e escrita. As relações entre pesquisadoras e participantes estão sujeitas a dinâmicas de poder e são moldadas por privilégios, posições sociais, formação, raça e orientação sexual. Manter uma atenção reflexiva sobre essas disparidades é uma obrigação para abordagens críticas.

Ann Oakley, por exemplo, ao discutir o uso de entrevistas com mulheres em pesquisas feministas, defende que são – ou deveriam ser – encontros entre mulheres com interesses compartilhados, visando a troca de conhecimentos, e não a ‘extração’ de dados¹⁸. Nesse mesmo sentido, a arquiteta Luna Lyra questiona como as pesquisas podem passar de uma “lógica de extração de mão única” para um campo de saberes em interação¹⁹. É a partir desses questionamentos que busco as contribuições das pesquisas feministas para elaborar um método que permita avançar no conhecimento sobre mulheres autprodutoras.

O debate feminista está presente no campo da arquitetura em geral, seja entre adeptos de teorias críticas ou de teorias tradicionais. Contudo, particularmente as abordagens mais tradicionais, orientadas pela solução de problemas, tendem a tratar as opressões, estruturas de poder e formas de dominação de maneira isolada, replicando, dentro da própria discussão feminista, a velha marginalização dos espaços informais e ignorando o tema das mulheres autprodutoras.

Quanto à teoria crítica da arquitetura, ela é centrada na compreensão e no questionamento de como a produção de espaços se integra à totalidade social. Isso inclui o exame de como as estruturas de dominação impedem que certos grupos sociais participem ativamente desse processo, ou seja, tenham autonomia em vez de apenas serem espectadores e usuários. O pouco poder de decisão das pessoas diretamente afetadas pelos espaços produzidos é entendido, pela teoria crítica da arquitetura, como algo que contradiz qualquer noção de democracia. Porém, mesmo

¹⁸ OAKLEY, *Interviewing women: A contradiction in terms*, 1981, tradução própria.

¹⁹ LYRA, *Espaços de cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado*, 2021.

criticando a realidade e buscando a transformação das relações de dominação, a própria teoria crítica da arquitetura não escapa do fato de ser parte de uma sociedade estruturalmente injusta e desigual. A meu ver, tem-lhe faltado a consideração da perspectiva de gênero na discussão sobre autonomia na produção espacial, e essa lacuna teórica precisa e pode ser preenchida. Assim, a proposta desta dissertação é levantar questões e apresentar elementos para reflexão que avancem um debate que não faz parte do escopo do campo arquitetônico tradicional.

4.1 Uma breve discussão sobre alguns conceitos e ideias

Compreender melhor a influência das relações de poder, do contexto sócio-espacial e da produção de espaços tanto no processo produtivo quanto nos produtos perpassa pela análise de como o exercício da autonomia se manifesta nestes contextos.

O conceito de autonomia é discutido em diversas áreas do conhecimento, muitas vezes resultando em tensões e divergências sobre seu uso e aplicabilidade. No centro dessas discussões está a problematização de abordagens que tratam autonomia e autossuficiência como sinônimos, baseadas na ideia de que as pessoas podem tomar decisões e determinar a si mesmas independentemente das relações sociais. Essas abordagens, que se alinham com teorias liberais, tendem a responsabilizar os indivíduos, ignorando as desigualdades estruturais que afetam suas oportunidades e possibilidades, menosprezando a interdependência que marca a vida cotidiana. Flávia Biroli, cientista política, identifica o problema dessas abordagens como uma abstração que valoriza aqueles em posições vantajosas e caracteriza como desviantes aqueles que não "dão conta" de si²⁰. Essas ideias influenciam o senso comum e sustentam muitos discursos e práticas que afetam a participação feminina nos processos de decisão para a produção de suas moradias. Analisar alternativas para o conceito de autonomia ajuda a estabelecer bases

²⁰ BIROLI, Feminismo e Política: uma introdução, 2014.

fundamentais para aprofundar essa discussão.

A teoria feminista apresenta uma perspectiva diferente. Enquanto a lógica liberal assume que, em um contexto de direitos iguais, poder tomar decisões sem coerção é essencial para uma sociedade democrática, a teoria feminista considera que a autonomia depende diretamente do contexto sócio-espacial e da posição dos indivíduos nas relações de poder. As possibilidades de autodefinição e decisão sem imposições externas são moldadas pelas desigualdades que estruturam a sociedade, incluindo a desigualdade de gênero. Imputar sobre mulheres uma possível incapacidade de tomarem decisões por que estas não seriam desassociadas dos desdobramentos das desigualdades de gênero contribui para o ocultamento e, ainda, reforça as relações de dominação e opressão. Uma sociedade mais democrática exige desnaturalizar a ideia de que certos grupos podem dominar outros, rompendo com arranjos que diferenciam as possibilidades para homens e mulheres.

Incorporar essas questões ao debate sobre autonomia também gera questionamentos problemáticos, como a discussão sobre se as escolhas das mulheres são realmente autônomas. Isso cria uma armadilha complexa, especialmente para mulheres em contextos sócio-espaciais marginalizados, em que a relação entre a posição de desvantagem que as mulheres ocupam nas relações de poder e a validade de suas preferências é vista de forma inversamente proporcional: quanto maior a vulnerabilidade social, menos ela é vista como capaz de discernir e decidir sobre os aspectos de sua própria vida. Em contraponto, a teoria feminista reconhece a complexidade na determinação de preferências individuais e coletivas e como elas se convertem em alternativas para que mulheres tomem suas decisões. Assim, a construção de uma sociedade mais democrática não se baseia na ausência de coerções diretas, mas na ruptura com estruturas sociais que influenciam homens e mulheres de maneira distinta e na criação de novos discursos e práticas que promovam ganhos na autonomia feminina.

A produção teórica do geógrafo Marcelo Lopes de Souza também é relevante

para entender o conceito de autonomia²¹, e permite uma complexificação da discussão. Souza se afasta do enaltecimento da liberdade individual e amplia o conceito de autonomia, diferenciando autonomia individual de autonomia coletiva²² e defendendo que são indissociáveis. Mesmo que essas reflexões se refiram à análise do planejamento e gestão de cidades, elas apontam caminhos para analisar as manifestações – ou a ausência delas – nos processos de tomada de decisão para a autoprodução de moradias.

Um ponto importante no trabalho de Souza é a investigação de possibilidades de pequenos ganhos de autonomia dentro da lógica heterônoma. Isso importa para esta pesquisa porque, muitas vezes, o viés da exigência de aplicabilidade leva à uma situação de paralisia frente a impossibilidade de apresentar soluções prontas e bem definidas para as questões que são alvo de crítica. A abordagem de Souza expõe precisamente como é possível levar a crítica para além do seu caráter de denúncia, abrindo o campo de visão sobre as possibilidades que podem ser exploradas, mesmo que não correspondam a estratégias de sanar objetivamente as contradições e problemas da sociedade. Ainda em sua lógica de não encarar a autonomia como uma simples questão de ‘tudo ou nada’, ele destaca a importância de valorizar esses ganhos sem cair em abordagens meramente reformistas, reconhecendo as limitações dentro de um contexto mais amplo de ruptura com a ordem hegemônica.

Trazendo o debate para o âmbito da arquitetura, a diferenciação proposta pela arquiteta Silke Kapp²³ de autonomia como direito e como capacidade complementa as ideias de Souza. Ela argumenta que o direito de exercer autonomia depende do reconhecimento por agentes externos, enquanto a capacidade de autonomia pode ocorrer independentemente disso. No contexto da atuação de mulheres na

²¹ SOUZA, *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*, 2006.

²² Na produção de Souza, autonomia individual se refere à capacidade e possibilidade dos indivíduos estabelecerem fins para suas vidas e possam persegui-los de forma consciente. Já a autonomia coletiva não corresponde à ideia de comunidade em seu sentido tradicional, mas à existência de instituições sociais que assegurem essa igualdade de oportunidades para que os sujeitos exerçam sua autonomia individual e também participem de processos decisórios sobre aspectos da vida coletiva.

²³ KAPP, *Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia*, 2011.

autoprodução habitacional, tanto o direito quanto a capacidade de autonomia são ideais distantes da realidade, mas que se manifestam de formas distintas. A inferiorização histórica das mulheres e a disparidade de poder entre os gêneros inviabilizam o reconhecimento da autonomia feminina como direito, e exprimem-se por situações de imposição heterônoma que se dão conforme as hierarquias sociais, enquanto a capacidade de determinar suas escolhas tem como entrave adicional a naturalização de traços considerados inerentes ao gênero feminino.

No contexto sócio-espacial analisado, as possibilidades e capacidade de mulheres tomarem decisões de acordo com suas próprias normas são determinadas também pelas características do modo produtivo. A autoprodução geralmente não possuiu uma separação clara entre as fases de concepção, construção e uso, de modo que o processo de tomada de decisões na autoprodução não se restringe a um momento específico e, assim, a desconsideração e inferiorização das demandas femininas é continuamente reiterada.

Por fim, as disposições e comportamentos que geralmente são adotados por arquitetos e urbanistas contribuem para reprodução e consolidar a subordinação feminina no âmbito da produção espacial. É comum que esses profissionais sigam abordagens teorizadas e institucionalizadas, focada em projetos de obras extraordinárias com alto nível de formalização técnica. Mesmo que o desenho de espaços cotidianos, como a moradia popular, tenha sido incluído no escopo produtivo do campo e represente uma parte significativa da demanda de trabalho atual, esses projetos ainda ocupam uma posição inferior na ordem de interesses dos arquitetos. Essa desvalorização é ainda maior quando se trata de espaços produzidos fora do campo formal, que não são reconhecidos nem legitimados como manifestações da arquitetura, aprofundando sua marginalização. A prática convencional também é caracterizada por uma postura predominantemente generalista e normativa. Essa abordagem leva à suposição de que todos os indivíduos têm as mesmas necessidades e problemas em relação à moradia, que podem ser resolvidos por soluções semelhantes e genéricas.

A prática arquitetônica convencional, ao deslegitimar espaços informais, exclui questões e problemáticas desses espaços do escopo de interesse dos profissionais e, ao tratar todos os contextos de forma genérica, impossibilita uma crítica

aprofundada dessas mesmas problemáticas. Ao se basear no estabelecimento de normas universais e na prescrição de soluções que não consideram as especificidades da relação entre mulheres e suas moradias, a prática arquitetônica trata de forma contingencial seus problemas. O resultado são espaços que, de uma forma ou de outra, se mostram inadequados, pois “pessoas reais não se comportam segundo uma lógica simples de causa e efeito”²⁴ e têm interesses, vivências, vontades e demandas muito mais diversas do que a padronização arquitetônica pode acomodar. Além disso, as soluções propostas muitas vezes contribuem para o agravamento desses problemas, pois suavizam temporariamente as consequências da ordem social hegemônica, favorecendo sua perpetuação e dificultando iniciativas de subversão.

O mesmo se aplica para pesquisas acadêmicas que desconsideram que a autoprodução de moradias, enquanto um processo com atuação de homens e mulheres, repercute de formas distintas na dinâmica de vida dos usuários dos espaços produzidos. Tomando a definição da arquiteta Silke Kapp de que arquitetura é “todo espaço modificado pelo trabalho humano, seja ele projetado ou não, tenha ele características extraordinárias ou não”²⁵, a inclusão de espaços cotidianos no escopo do campo arquitetônico significa, entre outros aspectos, a legitimação de seus praticantes, de suas produções, necessidades, prioridades. É preciso que pesquisas sobre produção de espaços informais ampliem seu enfoque analítico, não analisando somente como os produtos impactam a vida dos usuários, mas também investigando como as dinâmicas estabelecidas durante o processo produtivo e suas implicações contribuem para a manutenção do papel passivo imputado às mulheres e a produção de espaços que não correspondem às suas necessidades específicas.

Essas discussões foram ponto de partida para as reflexões que compõe esta pesquisa, que é, portanto, um esforço de continuar a escutar e registrar histórias de mulheres sobre suas experiências cotidianas, seus desafios e suas conquistas, em

²⁴ KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. *Arquitetura como exercício crítico* [2008]. In: *Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 39–64.

²⁵ *Ibidem*.

uma tentativa de compreender melhor os entrelaçamentos entre a organização das relações sociais, a produção espacial e as particularidades das vivências femininas.

5 Sobre a pesquisa empírica

Os objetivos e premissas delineados acima orientaram a decisão metodológica pelas entrevistas qualitativas como principal fonte de dados e forma de diálogo. Esse tipo de entrevista permite a interação com vivências específicas de mulheres e com os contextos sócio-espaciais em que estão inseridas, deixando “entrever ambiguidades entre um discurso dominante e a experiência dos dominados”²⁶. Em outras palavras, entrevistas qualitativas permitem conhecer experiências para além das ideologias e concepções dominantes, e explorar contradições e obstáculos na vida das mulheres. Optei por esse caminho porque me interessei pelas histórias das pessoas, porque nelas vêm à tona questões comumente invisibilizadas e, também, porque são escassos os registros escritos ou mesmo teorias que abordem a interseção entre experiências femininas e autoprodução de moradias.

As sociólogas Marjorie Devault e Glenda Gross²⁷ fazem um breve resgate histórico da inclusão de experiências em pesquisas feministas. Ela se iniciou na década de 1970, quando ativistas promoveram conversas coletivas entre mulheres para conscientização sobre questões de mercado de trabalho, direitos humanos e movimentos anti-guerra. Os relatos das participantes foram fundamentais para o reconhecimento do potencial de elaboração conjunta de novos significados para as experiências femininas. Esse reconhecimento, por sua vez, possibilitou teorizações sobre as relações das mulheres entre si e com outros grupos sociais, assim como sobre sua atuação pessoal e política. Além disso, contribuiu para introduzir temas correlatos na discussão pública. Para as autoras, o reconhecimento da experiência como fonte válida para a produção de conhecimento foi crucial para que pesquisas de orientação feminista, de diversas origens geográficas e áreas de estudo, adotassem as entrevistas como método. Nesse mesmo sentido, a historiadora Joan Sangster²⁸, que analisa o uso de relatos na construção de memórias sobre eventos históricos, também argumenta que a identificação da negligência das fontes tradicionais em

²⁶ KAPP, *Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial*, 2021.

²⁷ DEVAULT; GROSS, *Feminist qualitative interviewing: experience, talk, and knowledge*, 2007.

²⁸ SANGSTER, Joan, *Telling our stories: feminist debates and the use of oral history*, 1994.

relação às vivências femininas permitiu a inclusão das mulheres em pesquisas, mesmo quando suas narrativas contrariavam concepções dominantes.

A partir de estudos como esse, destacam-se alguns aspectos que orientam o uso de entrevistas em pesquisas feministas: o objetivo de construir concepções para além do senso comum; a intenção de colocar tais concepções em debate; o questionamento permanente do papel da pesquisadora e dos impactos da sua atuação na vida das mulheres entrevistadas; a ressignificação da subjetividade em contraponto à pretensão de neutralidade; a necessidade de contextualizar os relatos; e a consciência do problema da colonização discursiva.

O uso de entrevistas qualitativas como método de pesquisa foi contestado repetidas vezes com o argumento de que os dados assim produzidos seriam subjetivos, pouco confiáveis e não passíveis de verificação²⁹. Porém, tais críticas perdem pertinência quando a pesquisadora adota a postura de “um viajante que explora terrenos desconhecidos ao conversar com outras pessoas e descobrir perspectivas inesperadas”³⁰. Quem faz a pesquisa pode transformar a própria subjetividade – condicionada por interesses de gênero, classe social, idade e cultura – num recurso adicional. A relativa distância da pessoa entrevistada às vezes possibilita ver o que não se vê de perto e de dentro.

Isso, no entanto, não significa retornar à ideia de neutralidade científica. Pesquisadores que acreditam ‘extrair verdades’ de entrevistas qualitativas tendem a cair em vieses cognitivos, como a ingenuidade de tomar relatos como evidências da realidade, a romantização ou simplificação das experiências, a crença no discernimento total dos ‘dados’ coletados, e as generalizações indevidas. Cabe contrapor à objeção do uso de entrevistas não uma pretensa neutralidade, e sim a consciência da neutralidade, assumindo que o que é compartilhado na entrevista

²⁹ BRITO, LEONARDO, *A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico*, 2001; DUARTE, *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*, 2002; MIGUEL, BIROLI, *Feminismo e Política: uma introdução*, 2014; JOVCHELOVITCH, BAUER, *Narrative interviewing*, 2007.

³⁰ KAPP, *Entrevistas na pesquisa sócio-espacial*, 2020.

reflete também a situação social que ela cria. Como destaca Lyra³¹, a questão não é evitar vieses. Eles são inevitáveis. Narrativas, sejam as das entrevistadas ou das pesquisadoras, sempre envolvem seleções e omissões. Cabe reconhecer, contextualizar e explicar esses limites na medida do possível. Toda experiência é construída e situada historicamente e, portanto, os discursos a seu respeito são sempre limitados pelo que as pessoas percebem, sabem e conseguem expressar. E isso, cabe notar, vale também para a maioria das fontes escritas a que pesquisas (históricas) recorrem tradicionalmente.

Para a preparação, condução e análise das entrevistas para a presente dissertação, me apoiei nas ponderações acima e, mais especificamente, nos procedimentos que Silke Kapp delinea como “de caráter narrativo”³², bem como na técnica de entrevistas narrativas proposta por Fritz Schütze³³ e na argumentação de Kathryn Anderson e Dana Jack³⁴ sobre entrevistas com mulheres. Tais abordagens não foram tomadas como diretrizes rígidas, e sim como referências para esclarecer o papel das entrevistas na pesquisa e lidar melhor com a condução do diálogo, as variações imprevistas e o tempo disponibilizado pelas entrevistadas.

Em resumo, entrevistas narrativas concentram-se na narração de histórias. A pessoa entrevistada estrutura a narrativa à sua maneira, enquanto o pesquisador ouve (quase) sem interferir. A expectativa é que tais histórias reflitam a experiência única dessa pessoa, na sua própria perspectiva e independentemente de sua educação ou competência linguística.

A técnica de entrevistas narrativas proposta por Schütze se divide em preparação, iniciação, narração, questionamento, conversa informal e análise. Na etapa da preparação, o pesquisador utiliza sua compreensão prévia do evento ou contexto para identificar um tópico inicial que estimule a narrativa. Se, no seu decurso, surgirem temas de especial interesse do pesquisador (exmanent questions), pode

³¹ LYRA, *Espaços de cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado*, 2021.

³² KAPP, *Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial*, 2021.

³³ BAUER, *The narrative interview: Comments on a technique of qualitative data collection*, 1996.

³⁴ ANDERSON; JACK, *Learning to listen: Interview techniques and analyses*, 1998.

aprofundá-los depois de concluída a narrativa, desde que as traduza segundo a linguagem e os temas do entrevistado (imane questions). Referências diretas a motivações, atitudes, causas, opiniões ou contradições são evitadas. Após desligada a gravação, ainda há uma conversa informal que costuma complementar a narrativa.

Anderson e Jack chamam a atenção para os conflitos que as mulheres enfrentam ao refletirem sobre si mesmas, entre os conceitos de uma cultura dominada por homens e suas experiências pessoais e expressões genuínas. Como o fazem outros grupos subalternos, também as mulheres internalizam representações dominantes, que acabam prevalecendo na sua autodefinição e autoavaliação, enquanto pensamentos e sentimentos próprios, não alinhados a tais convenções, permanecem silenciados. Entrevistas com mulheres podem revelar esses conflitos entre autoimagem, experiências e padrões socialmente exigidos, permitindo uma visão menos culturalmente editada de suas escolhas e práticas cotidianas. Para romper tais limites convencionais, é preciso ter esses conflitos em mente desde a preparação até a escuta e análise das entrevistas. Na formulação das perguntas, é preciso superar o receio de abordar temas desconfortáveis e não se restringir ao discurso convencional, abrindo espaço para que as mulheres se expressem. Na escuta, é preciso ouvir criticamente e prestar atenção também ao não dito, às sugestões não verbais, às pausas e interrupções. Na análise, é preciso combater a tendência a encaixar as experiências femininas em teorias dadas ou moldar a interpretação por essas teorias.

A proposta de Anderson e Jack é que se ouça “em estéreo”, entre o que é explicitado e o que está implícito. Isso significa ouvir a linguagem moral que as mulheres utilizam, para entender as normas culturais que afetam suas experiências, ouvir as meta-declarações que revelam discrepâncias e ambiguidades, e examinar a lógica da narrativa ou como as informações são apresentadas. As autoras propõem, em suma, uma reflexão metodológica contextualizada, permitindo que a pesquisa se torne uma prática social crítica, respeitando a individualidade das entrevistadas e sua posição de especialistas da própria experiência.

Entrevistei seis mulheres de diferentes contextos sócio-espaciais. Para selecionar essas entrevistadas, tive por critério o envolvimento com a autoprodução, independentemente do modo ou grau de participação. Recorri a mulheres que havia

entrevistado antes, para o TCC, a mulheres que me foram apresentadas pela arquiteta Mariana Borel, do projeto Arquitetura na Periferia (AnP)³⁵, e pelas minhas orientadoras de TCC e mestrado. Também expliquei o tema da pesquisa a pessoas do meu convívio, em busca de mulheres dispostas a compartilhar suas experiências. Houve mulheres que me foram indicadas e que tentei contatar, mas que não me responderam ou não quiseram ser entrevistadas. De qualquer modo, os caminhos que levaram aos contatos efetivos reforçaram a minha convicção de que o trabalho de pesquisa, e particularmente o trabalho de pesquisa sócio-espacial, depende de colaboração – não é uma jornada solitária.

Para preparar as entrevistas, fiz um exercício inicial de registrar temas gerais relevantes e refletir sobre que tipos de perguntas seriam mais frutíferas, explorando as especificidades de cada contexto (eu já tinha alguma familiaridade com esses contextos das entrevistadas, embora minhas noções prévias tenham sido por vezes desmentidas). Então, procurei transformar perguntas exmanentes em perguntas imanentes.

Quanto à definição dos locais das entrevistas, recomenda-se em geral que a pessoa entrevistada faça a escolha. Porém, a assimetria social entre entrevistada e entrevistadora limita tal escolha: ela pode representar um cruzamento de fronteiras, uma “licença para entrar num universo social a que não se teria acesso sem mais”, mas que quase sempre se dá num só sentido³⁶. De fato, embora eu tenha oferecido várias opções às entrevistadas, deixando claro que a decisão era delas e que eu iria encontrá-las onde escolhessem, nenhuma delas decidiu cruzar a fronteira do ambiente acadêmico. Algumas preferiram as próprias casas, e outras, locais públicos, dependendo de onde se sentiam mais à vontade para conversar comigo.

No início de cada entrevista, antes de começar a gravação, eu explicava mais

³⁵ O grupo Arquitetura na Periferia teve origem com a pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes, e foi formalizado pela criação do Instituto de Assessoria à Mulheres e Inovação, que tem como premissa central promover a melhoria de moradias de mulheres residentes de áreas periféricas, visando favorecer a autonomia, capacidade de análise, planejamento, discussão e cooperação das participantes.

³⁶ KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020.

detalhadamente do que nos telefonemas os objetivos da pesquisa e pedia permissão para utilizar os relatos na dissertação. Também pedi a cada entrevistada que definisse como gostaria de ser denominada neste texto – por um pseudônimo à sua escolha ou pelo próprio nome. Todas elas preferiram que as chamasse pelo nome.

Houve uma ocasião em que a entrevistada, no final da conversa, já desligada a gravação, retornou ao assunto do uso do material, perguntando se eu iria compartilhar seu relato com muitas pessoas, se faria parte do trabalho final e se seria publicado. Expliquei novamente que usaria seu relato, juntamente com o de outras mulheres, para formar um referencial de análise, e enfatizei que não haveria problema se ela mudasse de ideia quanto à permissão. Interpreto que essa entrevistada, que foi professora por muito tempo, viu a situação de modo ambíguo. Por um lado, ela valoriza o conhecimento e a pesquisa (até me parabenizou pelo ingresso no mestrado); por outro lado, sabe que trabalhos acadêmicos ficam disponíveis a quem se interessar e talvez tenha tido receio de uma potencial exposição de sua vida particular. Ainda assim, concluiu que, se eu considerasse seu relato importante “de se estudar”, poderia usá-lo, e quis que eu a identificasse pelo próprio nome.

Quanto às entrevistas em si, dei prioridade à narrativa que cada entrevistada estruturou à sua maneira. No entanto, não segui à risca a separação entre as etapas de narrativa e de questionamento sugeridas por Schütze. Em momentos em que as falas pareciam perder intensidade ou merecer um pouco mais de detalhamento, eu interfeirei com perguntas breves, especialmente quando havia menções aos espaços em que as experiências ocorreram e os entrelaçamentos entre relações sociais, produção espacial e vivências das entrevistadas. Ao fazer as perguntas, procurei usar as mesmas palavras que a entrevistada e evitar qualquer ar de interrogatório. Também evitei questionar as entrevistadas diretamente sobre os motivos de suas escolhas ou ações e, em vez disso, perguntei mais pelas suas experiências. Questões do tipo ‘por que’ poderiam causar desconforto e tenderiam a produzir respostas alinhadas ao convencionalmente aceito. Em vez de indagar pelo motivo de determinada configuração espacial, eu perguntava, *Como foi o processo dessa definição?* Em vez de indagar se houve imposição por outras pessoas, eu perguntava, *Como aconteceram as decisões?* Em vez de questionar se a entrevistada se sentiu prejudicada por ser mulher, perguntava, *Como foi essa experiência para você?*

Por exemplo, na narrativa de uma entrevistada sobre a construção de sua primeira casa, um barracão em um terreno acidentado, perguntei: “E como foi para decidir? Você mencionou que decidiu, enquanto seu companheiro queria de outra maneira...” Ela respondeu: “Quem decidiu fui eu, mas ele decidiu puxar a suíte para ficar em terreno firme. O resto é decidido por mim. Eu vou fazer isso e pronto. Ele me ajuda, mas quem decide sou eu”. A fala enseja o que Anderson e Jack chamam de “escuta em estéreo” ou “em dois canais”: num canal a entrevistada afirma seu poder de decisão, enquanto no outro sugere que sua autonomia foi ameaçada o tempo todo, e sua auto afirmação aparece como combate a essa ameaça.

Logo depois de cada entrevista, registrei num caderno de campo as minhas percepções e ideias, e as manifestações não verbais das entrevistadas: um riso nervoso, uma pausa mais longa, um gesto de desconforto, uma alteração no tom de voz. Como optei por apenas gravar as entrevistas em áudio, sem vídeos, fotografias ou anotações durante a conversa, esses registros imediatos se mostraram fundamentais para a análise.

As entrevistas foram transcritas integralmente por mim e, em seguida, submetidas a uma primeira análise, na qual identifiquei temas comuns a várias delas. Numa segunda etapa, extraí e organizei trechos das entrevistas, agrupando-os de acordo com tais temas. Como poucos trechos diziam respeito a apenas um tema, orientei a categorização pelo tema que sobressaía em cada trecho e utilizei elementos conectivos para permitir análises comparativas. Por fim, baseei-me nesta organização para interpretar o que foi relatado a partir da pergunta de pesquisa e para além dela.

Devo acrescentar que, como pesquisadora, enfrentei desde o início o problema do ‘lugar de fala’. Quem pode ou deve falar (ou pesquisar) sobre determinado assunto, especialmente em se tratando de grupos historicamente silenciados? Sem esgotar esse debate, esclareço que minha intenção não é a de ‘dar voz’ às mulheres entrevistadas ou conferir legitimidade ao que disseram. As distâncias entre elas e eu são sociais, econômicas, de classe e raça, mas também de saberes práticos e teóricos. Por exemplo, várias entrevistadas demonstraram conhecimentos amplos sobre materiais de construção e gerenciamento de obras, mas os expressavam fora dos códigos que aprendi nos meus anos de universidade e na minha prática como arquiteta. Assim, apesar da minha postura crítica da abordagem prescritiva na

arquitetura, fui confrontada com meus próprios preconceitos algumas vezes. A psicóloga Rosalia Duarte observa que mesmo pesquisadores comprometidos com os grupos sociais que estudam estão sujeitos a regras e pressupostos inerentes a seu próprio meio, que nem sempre fazem jus à especificidade do contexto estudado. O discurso registrado será sempre do pesquisador e, ainda que inclua falas das pessoas entrevistadas, essas serão selecionadas e editadas no seu texto. Mesmo polifônico, o texto de uma dissertação é uma “expressão pessoal, de natureza acadêmica/científica, emanando de uma posição de poder”³⁷.

Assim, tenho consciência de que minhas interpretações foram moldadas por minha subjetividade, e apenas procurei reforçar o cuidado de não incorrer no viés de confirmação, enquadrando relatos alheios em premissas e hipóteses próprias, de não tomar percepções por correspondências diretas com a realidade nem por assertivas universalmente válidas, de manter o processo aberto para reconfigurações e ajustes, e de considerar as limitações condicionadas pelas assimetrias sociais e pela interação específica que tive com cada uma das mulheres entrevistadas.

O processo de transformar meu texto escrito em áudio trouxe outras reflexões sobre a pesquisa. A mudança de formato foi um novo desafio de “enxugar” o trabalho ou, em outras palavras, de tratar de muitos assuntos em um intervalo de tempo coerente com as premissas dessa versão. Meu objetivo principal era facilitar o diálogo e aumentar a disseminação do campo de conhecimento ao qual pretendo contribuir: a autonomia das mulheres na autoprodução de moradias. Para alcançá-lo, decidi reescrever a dissertação como um roteiro, omitindo partes extensas ou densas que poderiam dificultar a compreensão do conteúdo. Concentrei-me em criar uma versão mais sucinta da pesquisa, buscando abordar os temas de maneira acessível, sem comprometer a estrutura da discussão³⁸.

Durante o processo de escrita, fiz várias revisões no texto e optei por começar

³⁷ DUARTE, *Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*, 2002.

³⁸ Minha ideia de que a versão em áudio deveria ser simplificada se baseou principalmente no alerta de Walter Benjamin (1986), que diz que o artifício da concisão é um elemento facilitador da memorização das narrativas e que, se alcançada, tem maiores chances de que o ouvinte assimile a história à sua própria experiência e se sinta mais propenso a compartilhá-la com outros.

as gravações somente após finalizar a versão escrita. Essa abordagem limitou a versão em áudio em alguns aspectos, já que não pude testar sua recepção com colegas de profissão ou com as mulheres entrevistadas. Além disso, as entrevistas foram realizadas no início da pesquisa, antes de eu considerar a produção de duas versões, e as gravações foram feitas com foco na transcrição posterior, sem grande preocupação com a qualidade do áudio. Isso impossibilitou a inclusão das falas das mulheres entrevistadas no audiolivro, o que teria enriquecido o produto ao permitir que os ouvintes formassem suas próprias interpretações das histórias contadas.

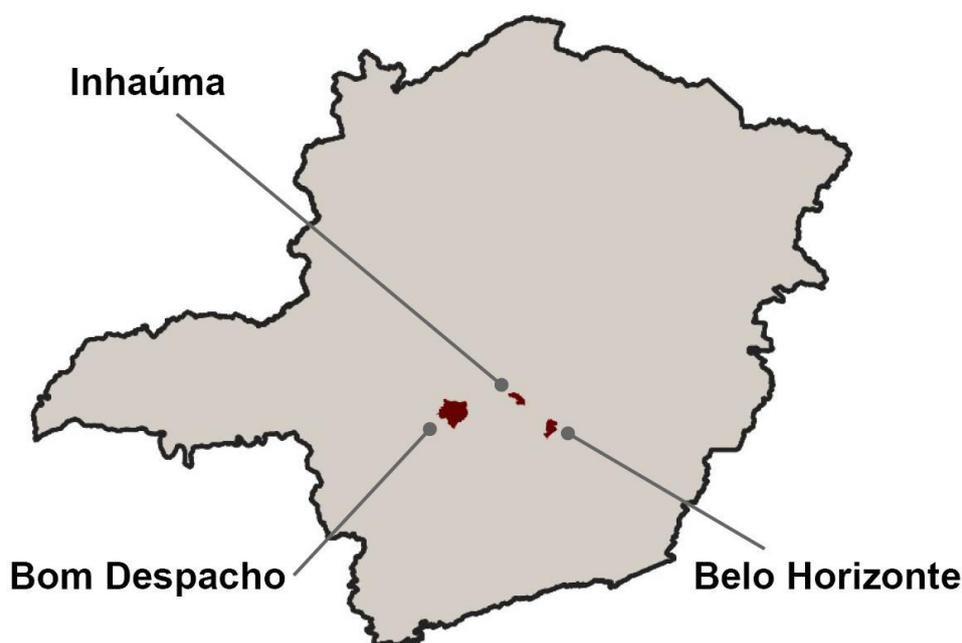
Após uma sucessão de revisões e ajustes, pois muitas das minhas percepções sobre o que funcionava ou não só foram possíveis depois de investigar produções análogas³⁹ e das várias experimentações que fiz, cheguei a uma versão que se assemelha a um audiolivro. Defino-a deste modo por se assemelhar mais a uma transcrição em áudio de um texto do que de um podcast, que geralmente se caracteriza pela produção periódica e sob demanda.

³⁹Tal investigação consistiu na busca pela identificação de características comuns em podcasts voltados para a disseminação de assuntos específicos (tanto aqueles em que todos os episódios tratavam de um único tema quanto os que tem um tema distinto em cada episódio) quanto em pesquisas bibliográficas sobre o uso de recursos de áudio para a divulgação científica. Sobre isso, ver

6 Mulheres e a autoprodução de moradias

No próximo capítulo discuto as questões apresentadas anteriormente no texto, relacionando-as com os relatos de entrevistas realizadas com mulheres de diferentes contextos sócio-espaciais, antes e durante o mestrado. Estes relatos revelam aspectos importantes sobre o questionamento central desta pesquisa e, a partir deles, pude verificar a pertinência dos meus pressupostos, estabelecer conexões entre questões aparentemente não relacionadas e perceber contradições entre minhas expectativas e a realidade vivenciada por mulheres envolvidas na autoprodução de seus espaços cotidianos. Os contextos sócio-espaciais foram consequência da definição das mulheres entrevistadas. Como a autoprodução é mais presente em espaços urbanos informais, em primeiro momento pensei que a maioria dos espaços analisados seriam ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como foi quando escrevi o TCC. Contudo, a forma que busquei contactar mulheres envolvidas na autoprodução e que se dispusessem a compartilhar suas experiências e percepções resultou em uma maior diversidade: três mulheres são moradoras de ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e três são moradoras de cidades do interior de Minas Gerais, sendo duas delas da minha cidade natal, Bom Despacho, e uma de Inhaúma, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa de Minas Gerais identificando os municípios das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Identifiquei a repetição de certos elementos nas falas das entrevistadas, o que resultou na delimitação de quatro temas, que serão expostos ao longo dos tópicos deste capítulo. A opção por não individualizar os relatos não desconsidera as singularidades das experiências de cada mulher ou generaliza as percepções, mas destaca como alguns elementos se replicam e, por vezes, se sobrepõem, proporcionando um entendimento mais completo dos processos macrossociais e macroespaciais.

O primeiro tema, “Conflitos de gênero e a suposta incapacidade feminina”, aborda os embates relacionados à subalternidade de gênero e as restrições impostas às mulheres no processo de produção espacial. Em “A espacialidade do trabalho doméstico e de cuidado”, exploro a relação entre a configuração e produção dos espaços da moradia e a responsabilidade atribuída às mulheres pelos afazeres domésticos e cuidado com outras pessoas. No terceiro tópico, “Adequações e desvios do papel feminino”, analiso como a determinação de características e comportamentos distintos para homens e mulheres moldam a interação das mulheres com seus espaços cotidianos. Por fim, em “Especificidades da autoprodução de

moradias”, abordo como características da autoprodução se entrelaçam com as experiências femininas de maneiras singulares.

6.1 Conflitos de gênero e a suposta incapacidade feminina

*Mas não, a mulher nunca tem voz de primeira, o homem tem que estar por trás. Aliás, por trás não, né, na frente, a gente que fica para trás.*⁴⁰

Conheço Iolanda desde criança, porque ela é vizinha da minha avó e uma parceira frequente de carteados. Durante um jogo de buraco, minha avó comentou que eu estava cursando o mestrado e queria entrevistar mulheres que “tivessem feito casas” para entender como “elas decidem o que é para fazer”, e perguntou se Iolanda poderia conversar comigo sobre suas experiências. Ela concordou, apesar de ter respondido, *e mulher lá decide alguma coisa nessa vida?* Ainda assim, me recebeu em sua casa para a entrevista.

Ela nasceu em uma fazenda na área rural de Bom Despacho, cidade de Minas Gerais para onde se mudou no início da infância e vive desde então. Cidade, inclusive, em que também nasci e vivi por quase 18 anos. Iolanda tem 82 anos e é casada com José Barreira, com quem tem três filhos. É uma mulher branca, expressiva e de voz marcante, que trabalhou como professora dos seus vinte e poucos anos até sua aposentadoria.

⁴⁰ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

Figura 2 - Local da entrevista com Iolanda



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Iolanda participou da construção de três casas, ou quatro, se considerarmos a “casinha” (modo que chama os cômodos construídos no porão de uma das casas). Os conflitos de gênero e a crença de que mulheres são incapazes de participar plenamente dos processos de construção marcaram significativamente sua experiência na produção dessas casas. A construção de sua primeira casa foi motivada por um conflito desse tipo. Após uma discussão com o marido, ela foi expulsa da casa que compartilhavam.

*Uma briga, mas uma briga daquelas que ele me expulsou de casa... Isso ele fez várias vezes. Essa foi uma das vezes. Ele falou comigo, *Você entrou aqui arrastando uma caixa velha, cheia de mulambo*. Ele chamou meu enxoval de mulambo. *Você entrou por essa porta, por ela você sai arrastando a caixa. Aqui você não tem nenhum grão de areia.*⁴¹*

O auxílio, como frequentemente acontece com mulheres em situações de fragilidade, veio de outra mulher. Ao saber da situação, sua cunhada Irene negociou

⁴¹ Iolanda, entrevista realizada em junho de 2022.

a compra de um terreno com um conhecido para Iolanda.

Eu falei com ela, *mas será que eu vou dar conta de comprar?* Ela falou, *eu negocio com ele para você*. Ela trouxe o negócio que ela fez com ele — você sabe, aquele papel que vem dentro do pacote de cigarro? Ela trouxe ele. A proposta dele, que era 250 reais, reais não, a moeda da época, que era para eu pagar do jeito que eu conseguisse pagar.⁴²

As primeiras atividades da construção foram realizadas por Iolanda e Irene. Elas capinaram, limparam o lote e carregaram restos de obras da vizinhança para preencher um grande buraco que ocupava quase toda a frente do terreno. A existência desse buraco influenciou a ideia inicial que Iolanda tinha para a casa, que planejava ocupar apenas a parte dos fundos, onde o terreno era mais plano. No entanto, ela se reconciliou com o marido pouco depois de adquirir o lote, e ele decidiu construir uma suíte em uma das laterais do terreno. Apesar de ser a principal responsável pelo custeio da obra inicial e das reformas que fizeram posteriormente, Iolanda relata que, em algumas ocasiões, suas necessidades e desejos não foram atendidos.

Ele não me deixou fechar uma sala lá. Eu queria uma sala lá, porque eu tinha fechado a sala para virar um quarto para mim, quando eu voltei para lá. Ele não me deixou fechar essa sala, como eu ainda não fiz, mas eu ainda vou fazer.⁴³

Iolanda conta que alguns anos depois estava caminhando pelo bairro vizinho ao seu, viu uma laje em construção, se interessou pelo terreno e negociou a compra com o dono. Fazia pouco tempo que ela havia vendido seu cargo de professora concursada no Estado, no contexto do PVD⁴⁴, e decidiu mudar os planos iniciais de usar o dinheiro na compra de um carro. Como ela estava prestes a fazer uma viagem para a praia, Iolanda conta que deixou seu dinheiro com o marido, para que ele finalizasse o negócio da compra do terreno.

Entreguei o dinheiro e falei assim, *Segunda-feira você vai lá passar a escritura, comprei do homem, está comprado, você vai lá e passa a escritura*, e pus o dinheiro na mão dele. Eu ligava, *Você foi lá? Fui não, Vai lá, vai lá para você passar, chama ele e vai lá*. Quando ele foi lá, o Gil, irmão do Costinha, tinha comprado, ofereceu mais 500 reais para ele, e ele vendeu a laje. Eu queria porque a vista é longe, igual a daqui eu via longe, eu gosto de

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Programa de Desligamento Voluntário, que consiste em uma proposta feita pelo Governo de Minas Gerais com fins de incentivar a demissão voluntária de servidores.

lugar que você vê longe, aí ele tinha oferecido mais 500 reais e ele passou a escritura pro Gil. Eu quase morri de paixão.⁴⁵

Iolanda acabou comprando outro lote no mesmo bairro e começou a construção de sua nova casa. Algum tempo depois de ter se mudado para lá, decidiu que queria demolir uma parede para ampliar a cozinha, mas seu marido não concordou, alegando que não era necessário. Embora talvez não houvesse uma necessidade evidente, Iolanda desejava ter um espaço mais amplo para realizar suas tarefas com mais conforto, já que passava a maior parte do tempo naquele cômodo. Como seus argumentos não foram suficientes, ela decidiu contratar um engenheiro e um pedreiro para avaliarem a viabilidade da ampliação. Seu marido foi convencido, e Iolanda se mudou da residência sem ter conseguido expandir a cozinha.

Ele não me deixou tirar a parede. Eu chamei um engenheiro e um pedreiro, que falaram, *Pode tirar, não tem problema, aqui tem viga, não tem problema. Se vocês acharem ruim, você deixa esse pilar aqui.* Ele não deixou. Eu não abri. [...] Me mudei sem arrumar o que eu queria, porque isso ele não deixou. [...] Eu queria uma cozinha grande, mas ficar lutando com marido... melhor largar para lá.⁴⁶

A casa, enquanto ambiente físico da convivência familiar, é expressão socioespacial de uma estrutura social excludente, patriarcal, machista e hegemônica, que se reflete tanto na concepção e organização dos espaços quanto em seu uso, atuando como uma forma de consolidar convicções e práticas orientadas para a opressão e para a hierarquia de gêneros. Assim, na autoprodução habitacional a desigualdade de poder entre homens e mulheres influencia em como as mulheres são limitadas ao papel secundário de espectadoras dos próprios espaços, resultando na desconsideração de suas capacidades e na restrição das possibilidades de tomarem decisões com base em seus próprios desejos e necessidades.

Por ser parte constitutiva e estrutural da sociedade, essa condição torna-se parte do senso comum. Evidência disso é que os conflitos de gênero são um dos pontos principais de convergência nas experiências de mulheres envolvidas com a autoprodução espacial, e ocuparam um lugar central em seus relatos, o que pode ser

⁴⁵ Iolanda, entrevista realizada em junho de 2022.

⁴⁶ Ibidem.

percebido tanto pela posição de destaque que ocupam na narrativa quanto pela reincidência em que foram abordados. Quase todas as mulheres entrevistadas, antes e durante o mestrado, relataram experiências de embates e antagonismos com homens durante o processo de produção de suas moradias, fossem eles pessoas com quem possuíam algum vínculo afetivo ou profissionais contratados.

Por não ser percebido como um dos fatores que influenciam na qualidade de vida e nas possibilidades de participação nos processos de decisão, a desigualdade de gênero é continuamente internalizada, o que dificulta ações concretas de enfrentamento, pois viver em espaços inadequados sem a percepção de que isso acontece torna as mulheres sujeitas a entenderem a imposição da norma de outros como se fossem algo natural, e não como resultado da posição social que ocupam. Como argumentado pela arquiteta e urbanista Joice Berth⁴⁷:

Quando algo é naturalizado, não surpreende, não choca. Nos acostumamos e consolidamos seu significado de tal forma que usamos certa palavra de maneira espontânea, sem refletir, já que o entendimento está absorvido. Ocorre que naturalizar uma ideia ou conceito não quer dizer apagar seu significado inicial ou inibir sua manifestação prática. Ou seja, a ideia continua viva e atuante, mas não refletimos a respeito. (BERTH, 2003, p.177)

Além do impacto nas dinâmicas diárias, os conflitos de gênero e a suposta incapacidade das mulheres de participarem nos processos de decisão e na produção espacial afetam significativamente a autoestima das mulheres. Como já mencionado, a autonomia é também uma capacidade. Experiências que minam a confiança das mulheres em si mesmas, a importância que atribuem às suas necessidades e demandas, e sua autoimagem, reduzem sua capacidade de tomar decisões e agir conforme suas próprias premissas. Como indivíduos em sociedade, somos influenciados pelas percepções dos outros sobre o que somos capazes de fazer, o que agrava ainda mais a subordinação de gênero nesse contexto.

A questão a destacar aqui é como a determinação da configuração da moradia por outros, em especial por pessoas que não possuem uma relação tão próxima com a casa, resulta em espaços que são ineficientes para atender às necessidades

⁴⁷ BERTH, *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*, 2023.

específicas das mulheres que, sendo o grupo social visto como “pertencente” ao espaço privado, são quem mais vivenciam as consequências da inadequação deste espaço e, com essa discussão, tornar mais visível a necessidade de incorporar aos estudos sobre produção habitacional temas que ficam à margem do conhecimento convencional.

6.2 A espacialidade do trabalho doméstico e a sobrecarga feminina

Eu quero trocar o banheiro de lugar, não tem jeito, ele ficou muito pequeno. Todo mundo fala assim, bom, porque banheiro é difícil de lavar. (...) Banheiro não tem como, quanto menor ele é, mais trabalho ele dá.⁴⁸

Eliana nasceu e morou a vida toda em Bom Despacho, é casada com Joãozinho há mais de 30 anos e tem duas filhas. Para completar a renda da família, trabalhava informalmente como manicure, em um quartinho localizado na parte externa de sua casa, mas precisou encerrar suas atividades quando foi diagnosticada com fibromialgia. Seu maior objetivo durante os anos de trabalho era dar apoio para que as filhas pudessem se mudar para Belo Horizonte e estudar. Sua segunda principal meta era reformar a casa da família. Ela é uma mulher calorosa e muito gentil e quando me concedeu a entrevista a reforma de sua casa estava praticamente concluída, e as memórias que compartilhou ecoaram experiências que ouvi de outras mulheres.

⁴⁸ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

Figura 3 - Local da entrevista com Eliana



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

A história que inicia esse texto é um dos relatos de Eliana, que também contou sobre os problemas que teve em relação ao posicionamento do fogão de sua cozinha. Ela conta que a posição do eletrodoméstico era especialmente importante porque ela passava uma parte considerável de seu dia preparando as refeições. Com a reforma, a cozinha passou a ser do lado de fora da casa, onde venta muito, o que faz com que as chamas do fogão oscilem e ela gaste mais gás, além de mais tempo, para realizar a tarefa de cozinhar.

Não é nem pra falar, *Ah, você é pão dura, você quer economizar, não é isso não. Além de economizar o gás, faço a comida mais rápido. Eu estava acostumada a fazer um almoço, que em meia hora eu fazia. No fogão de seis bocas, em um instantinho eu sapecava as panelas, almoçava e pronto. Agora não, agora eu gasto no mínimo uma hora, porque o gás fica indo, sabe, para trás.*⁴⁹

⁴⁹ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

O objetivo de facilitar a execução das tarefas domésticas também foi o principal motivo para que ela quisesse incluir nas obras da reforma a troca das instalações hidráulicas do banheiro interno, que frequentemente entupiam. Para lidar com os entupimentos anteriores, ela precisava quebrar o concreto na área externa para expor a tubulação, desconectar parte dos canos e remover a sujeita que bloqueava o fluxo de água. Depois, precisava contratar um pedreiro para refazer o piso. Mesmo sendo um problema recorrente e que exigia muito esforço físico de Eliana, seu marido não concordou em incluir essa demanda na reforma, argumentando que era um gasto desnecessário.

Foi uma das primeiras brigas que eu bati o pé, falei que queria que mexesse na tubulação e tudo. Aí mexeram. Tinha raiz de árvore vindo, tinha muita coisa, de todo jeito ia ter que trocar mesmo. Essa foi a primeira briga. Eu discuti com ele, ele falou que não, que tinha que economizar, eu bati o pé, aí quando o pedreiro foi mexer ele viu e falou, ó, não tem outro jeito, tem que trocar a tubulação todinha.⁵⁰

Outro incômodo de Eliana é o tamanho reduzido do banheiro atual, o que torna a limpeza mais difícil.

Não tem jeito de você lavar o box com coisa que tenha cabo, nada. Tem que lavar tudo ali à mão, é muito apertado. E eu tomo conta da casa inteira. Foi uma das coisas que eu não bati o pé, não era o que eu queria, e saiu do jeito que eu não queria. Eu sempre falo com ele, eu vivo sozinha na minha casa, você só vem aqui pra dormir e comer, quem limpa tudo sou eu, quem faz tudo sou eu, você não pode dar palpite nem nada. E toda vez que eu bati o pé e não fez, depois viu que quem tinha sido certa era eu, sabe.⁵¹

Eliana conseguiu realizar sua vontade nessa ocasião, mas não pode fazer o mesmo em relação à construção de um terceiro banheiro. A dinâmica cotidiana em que todos compartilhavam o único banheiro interno era motivo de discussões e desgastes na família, mas seu marido não concordou com ela pois seria necessário expandir a tubulação do banheiro existente, o que geraria custos. Mesmo que a

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

extensão do acréscimo fosse pequena e o e Eliana considerasse o custo pequeno considerando as vantagens da construção de um novo banheiro, ela não conseguiu convencê-lo.

Eu quero trocar o banheiro de lugar, não tem jeito, ele ficou muito pequeno. Todo mundo fala assim, bom, porque banheiro é difícil de lavar. Um banheiro pequeno é mais difícil de lavar do que um grande. O grande você entra com tudo que tem bastão, tudo mais fácil, agora o pequeno não tem jeito não, você tem que ir com tudo na mão, tudo você tem que agachar e limpar os cantinhos. Banheiro não tem como, quanto menor ele é, mais trabalho ele dá.⁵²

Para a escolha dos pisos, Eliana priorizou a praticidade em vez da estética. Ela optou por um porcelanato fosco para facilitar a limpeza, porque ela possui dois cachorros que soltam bastante pelo, a casa está próxima da rua, o que traz muita poeira, e há várias árvores nas calçadas e terrenos ao redor, o que faz seu quintal estar sempre cheio de folhas caídas. Esse pensamento prático também orientou sua decisão de construir uma lavanderia externa com tanque, apesar das sugestões contrárias do marido, amigos e parentes. Eliana manteve-se firme em sua escolha.

Então a lavanderia, eu já falei, vai ter a pedra, porque tem as máquinas, eu não abro mão do tanque, porque nem sempre você lava um chinelo na máquina de lavar ou no tanquinho. Então tem que ter um tanque. O povo fala assim, você é boba demais, não se usa isso mais não, tudo é na máquina. Não, eu não gosto. Então eu tenho que pensar é em mim, eu que vou lavar. Mais ninguém vai lavar o tênis, eu que vou lavar. Então ali vai ficar a pedra, a pia, depois as duas máquinas, que é a máquina e o tanquinho.⁵³

Na reta final da obra, eles reformaram o telhado da área externa, que inicialmente cobria apenas a varanda e foi ampliado para incluir o quintal. O marido de Eliana ficou encarregado de fazer a calha. Durante a execução, Eliana expressou sua preocupação de que a calha escolhida não seria adequada para o novo tamanho do telhado.

⁵² Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

⁵³ Ibidem.

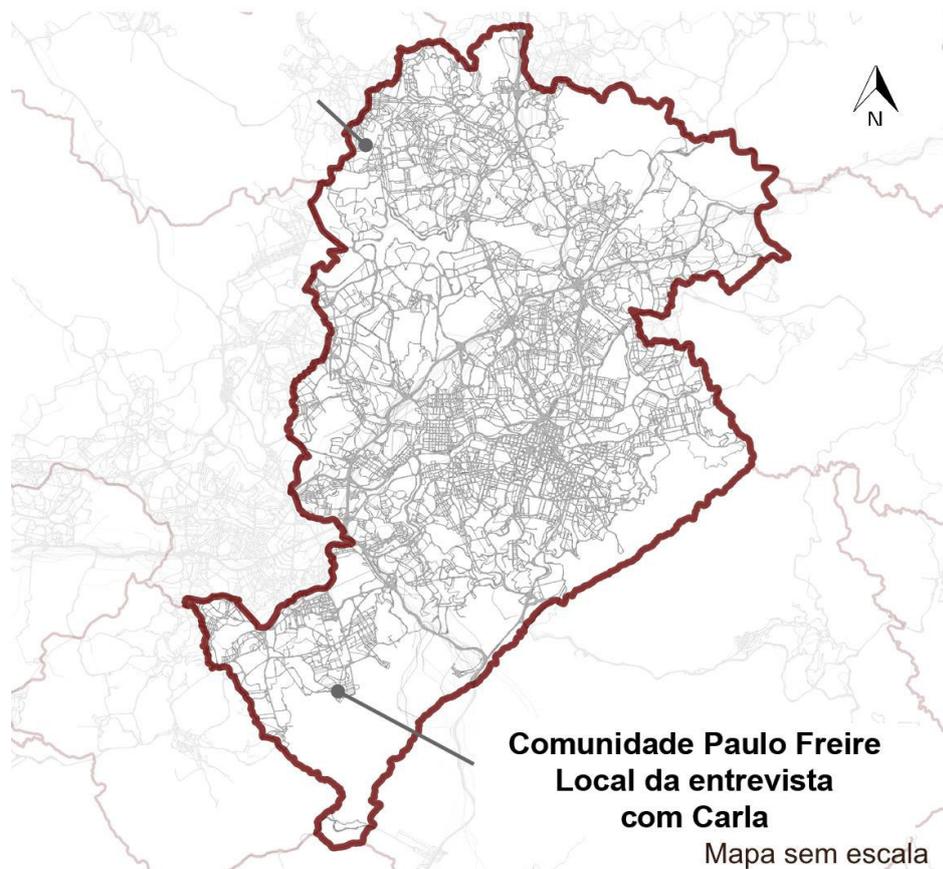
O Joãozinho estava fazendo a calha e eu falei com ele, essa calha não vai aguentar, porque tem esse telhado aqui que agora é grande, e de lá, vão encontrar dois telhados em um só, ah, você não entende nada de cano, não sei o quê. Entender, eu não entendo não, mas eu sei que o dia que vier uma chuva muito forte, não vai suportar.⁵⁴

Eliana estava certa. Sempre que chovia forte a calha se soltava, inundando o quintal e fazendo com que ela gastasse horas para limpar a área externa. Para tentar resolver o problema, Eliana buscou a ajuda de seu irmão, um engenheiro eletricista. Apesar de não ser especialista em telhados, o irmão sugeriu a instalação de mais duas calhas, distribuindo a água em três pontos. Ela seguiu o conselho, o problema foi resolvido e o quintal não inunda mais em tempos de chuva.

Carla, uma mulher negra de 44 anos, divorciada e mãe de duas filhas, relata duas experiências em que as características da moradia e a execução das tarefas domésticas foram aspectos centrais no processo de autoprodução. Ela é moradora da Ocupação Paulo Freire, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte, próxima à Ocupação Eliana Silva. Carla participou dos primeiros momentos de entrada no terreno, e conseguiu um lote pouco tempo depois. Durante a entrevista, ela se mostrou uma mulher decidida, com opiniões fortes e disposta a compartilhar com outros as lições que aprendeu durante sua vida.

⁵⁴ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

Figura 4 - Local da entrevista com Carla



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Na época da construção de sua casa, Carla trabalhava como caixa de supermercado e tinha pouco conhecimento em construção, o que a levou a contratar pedreiros para a obra. Anos depois, ela conheceu a equipe do projeto AnP e decidiu participar do grupo, com o objetivo específico de construir um muro na frente de sua casa, priorizando a segurança de suas filhas, que ficavam sozinhas enquanto ela trabalhava. Carla participou de um curso de alvenaria e, motivada, começou não apenas a construir o muro, mas também a realizar outras melhorias, como rebocar as paredes e instalar revestimentos cerâmicos.

Na época em que começaram a construir a casa, Carla trabalhava fora e seu marido estava desempregado, então era ele que acompanhava a obra. Eles decidiram juntos que a prioridade era construir dois quartos, um para o casal e outro para as filhas. Contudo, a maior parte das decisões posteriores não se pautou pela mesma lógica de compartilhamento.

Carla lembra que a decisão sobre o piso que seria instalado não foi um embate, mas causou certo desgaste entre o casal. Ela queria algo prático para a limpeza devido à poeira constante da rua de terra, e ele não dava a mesma importância para essa questão. Já a decisão sobre o acabamento do banheiro foi um ponto de forte discordância entre Carla e seu ex-companheiro.

[...] onde tem rua de terra não adianta colocar uma cerâmica muito chique também. Falei, *Não quero luxo, quero facilidade para limpeza*, e foi o que eu fiz. Na minha casa, antigamente, eu lavava toda semana, com essa poeira toda às vezes eram duas vezes por semana, era só jogando água mesmo, como era piso grosso ficava muito cheio de poeira. Agora, duas vezes, três vezes por semana passa um pano aqui e acaba a poeira, está uma maravilha.⁵⁵

É como na época que fomos revestir o banheiro. Quando fomos colocar cerâmica no banheiro, ele queria um banheiro todo preto. Eu falei, *Não, você não vai colocar o banheiro todo preto, quem vai ficar em casa limpando sou eu, e eu não gosto de banheiro preto, para mim o banheiro tem que ser claro*. Aí ele falou assim, *Então que cor você quer?* eu falei, *Branco também eu não quero, um verde, uma cor diferente, não quero branco*. Ele falou assim, *Mas eu queria ele preto*, eu falei, *Você vai ficar em casa para limpar? É você que vai arrumar, é você que vai conviver o dia inteiro com esse banheiro escuro? Eu não quero ele preto*. No banheiro eu consegui tomar minha decisão, coloquei ele verdinho do jeito que eu sempre quis.⁵⁶

Os casos de Carla e Eliana exemplificam as experiências compartilhadas por muitas mulheres entrevistadas, destacando como certas características do ambiente influenciam a carga de trabalho doméstico e a recorrente discrepância nas prioridades estabelecidas por homens e mulheres.

A atribuição das responsabilidades de limpeza e manutenção da casa como parte do 'papéis' natural das mulheres estrutura a ordem social e econômica, e é fator determinante na produção espacial. Junto com outras formas de trabalho, como o trabalho reprodutivo e o trabalho assalariado fora de casa, a sobrecarga das mulheres

⁵⁵ Carla, entrevista realizada em julho de 2022.

⁵⁶ Ibidem.

é uma realidade comum para muitas delas.

A teoria feminista discute amplamente os impactos dessas questões. Diversas análises consideram diferentes contextos nacionais, econômicos, sociais, culturais e históricos, destacando a persistência da associação das mulheres com o trabalho de reprodução. Isso reflete uma continuidade significativa no "papel feminino" ao longo do tempo. Por exemplo, Betty Friedan, em "A Mística Feminina", explora como o ideal de feminilidade foi redefinido nos EUA pós-Segunda Guerra, enquanto Angela Davis, em "Mulheres, Raça e Classe", analisa a associação da mulher com o espaço doméstico durante o capitalismo industrial americano dos anos 80. Silvia Federici, em "O Ponto Zero da Revolução", discute a transformação do trabalho reprodutivo dentro das estruturas do sistema capitalista.

Sem simplificar essas produções, é necessário reconhecer a problemática do confinamento das mulheres ao espaço doméstico e a responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidado como parte do papel feminino em um campo mais amplo de discussão, para então situá-la nas especificidades dos contextos socioespaciais analisados nesta pesquisa.

A teoria feminista, especialmente com o enfoque racial, aborda como o racismo adiciona complexidades às experiências femininas. Luna Lyra⁵⁷ resgata produções feministas recentes⁵⁸ para apontar que o trabalho doméstico não se limita a moradia, mas engloba todas as atividades essenciais à manutenção da vida, como alimentação, educação dos filhos e cuidados emocionais. Essas atividades, conhecidas como trabalho de reprodução, são frequentemente invisibilizadas em termos de custos e importância para a sociedade. Uma análise crítica desse contexto precisa considerar como a carga e as imposições variam de acordo com a cor e a posição social das mulheres. No Brasil, isso é ainda mais crucial devido às heranças do passado escravocrata e às suas consequências persistentes em grupos

⁵⁷LYRA, *Espaços de cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado*, 2021.

⁵⁸Algumas das autoras feministas que Lyra embarca em sua tese e que foram especialmente importantes para o desenvolvimento desta pesquisa são Silvia Federici (2019), Angela Davis e (1981), Lélia Gonzalez (1988).

socioespaciais específicos⁵⁹. Das seis mulheres entrevistadas na pesquisa, quatro eram mulheres negras, sendo três moradores de ocupações urbanas. Não convém fazer generalizações sobre a interseção entre raça e condição de moradia, mas seria indevido desconsiderar como, nos contextos analisados nesta pesquisa, as mulheres negras são àquelas submetidas a condições de moradia mais subjugadas à outros, e também são àquelas que atuam profissionalmente na construção civil.

Por fim, outra discussão importante é sobre a intersecção entre os modos de habitar e as práticas sociais dos indivíduos, no sentido que as desigualdades de gênero se manifestam e se reproduzem no espaço da moradia, influenciando e sendo influenciadas pelo processo de produção desses espaços. É fácil compreender a relação direta entre a quantidade de horas gastas para realizar uma tarefa em determinado espaço e as características de tal espaço, e parece razoável assumir que a pessoa mais capaz de discernir entre o que facilita ou dificulta a tarefa é quem a executa. No entanto, os relatos femininos mostram que essa condição é frequentemente considerada de menor importância na hierarquia dos aspectos que influenciam a produção espacial.

6.3 Adequações e desvios do papel feminino

*A questão da minha imagem, a diferença, foi junto. Porque eu vi que eu podia me amar do jeito que eu sou. E a convivência com pessoas que tem isso tão forte.*⁶⁰

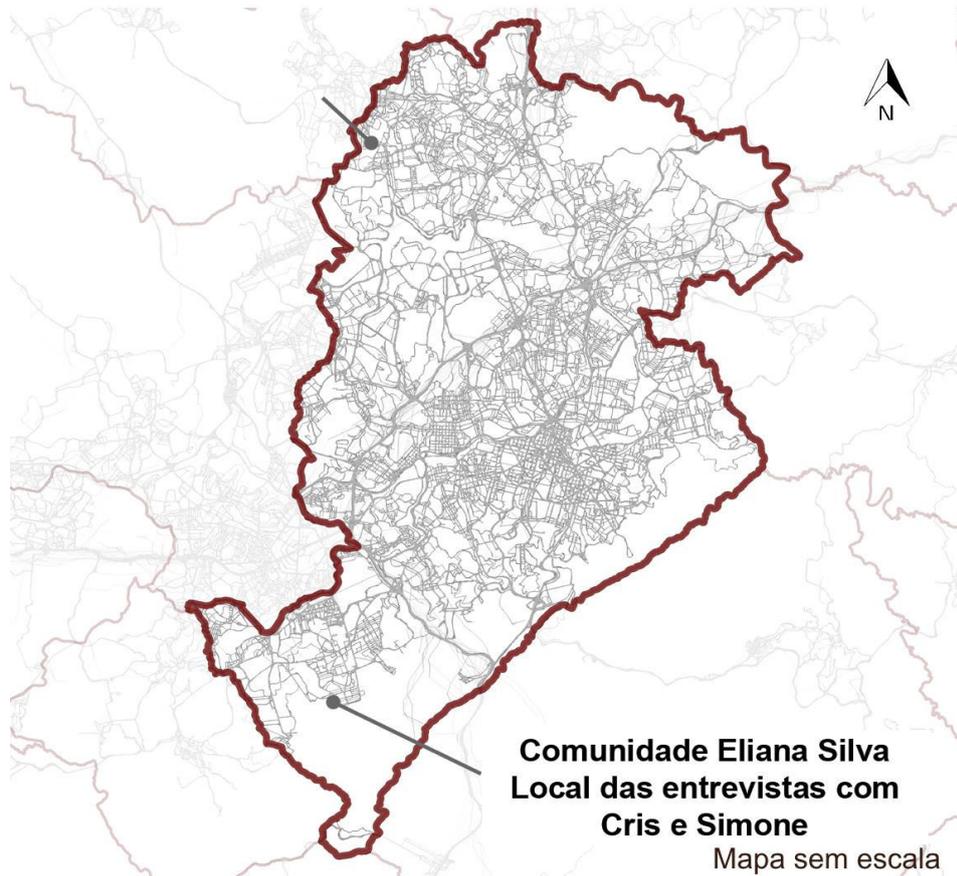
Cris é uma mulher negra, mãe de três filhos, e trabalha como pedreira. Ela mora na Comunidade Eliana Silva, no bairro Vila Santa Rita, na região do Barreiro em Belo Horizonte, próxima as ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy. Sua casa fica em uma área bem consolidada da Comunidade e foi sua primeira experiência com a autoprodução habitacional. Trabalhando como pedreira há cerca de quatro anos, Cris

⁵⁹ A produção da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez contribui para o entendimento das diferentes condições a que são submetidas mulheres brasileiras em função do que chama de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” que se direciona a mulheres não brancas, em particular às mulheres negras.

⁶⁰ Cris, entrevista realizada em agosto de 2022.

diz que, no seu caso, o ditado “em casa de ferreiro, o espeto é de pau” é verdadeiro. Ela também participou de um dos grupos do AnP, mas descobriu que gosta mais de fazer obras para outras pessoas do que na sua própria casa.

Figura 5 - Local da entrevista com Cris e Simone



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Em sua narrativa, Cris conta sobre algumas experiências em que sua atuação como pedreira foi vista com estranheza e como foi desacreditada de diversas formas, em momentos variados: antes da contratação, durante a execução das obras e após a finalização.

Mas tenho muita crítica... eu perdi uma obra essa semana, eu fui fazer um orçamento para uma moça e quando o marido dela me viu ele falou que não aceitava mulher não, porque não ia dar certo. Ela não me passou a obra por

causa disso.⁶¹

Cris prefere trabalhar em companhia de mulheres, justificando que a relação de trabalho se desenvolve de forma mais harmoniosa. Ela relata uma experiência em que contratou um homem para trabalhar como seu servente em uma obra.

É, porque eu já tive experiência em levar homens para trabalhar em obra comigo como ajudante, levei um amigo meu, ele queria tomar o martelo da minha mão. Eu falei, *Você está ficando doido?* Ele falou, *Quebra assim.* Eu, *Você veio para carregar o entulho e eu vou quebrar a parede. Então me deixa fazer meu serviço e faz o seu, que eu te chamei para fazer.*⁶²

Apesar dos desafios, Cris não se deixa desanimar e continua trabalhando na área, mesmo com os impactos financeiros pela perda de contratos e a falta de reconhecimento de sua capacidade profissional.

Alguns homens aceitam meu trabalho, me elogiam demais, aqui mesmo tem uns camaradas que me elogiam muito. Fico muito feliz que eles reconhecem. Mas na rua, no decorrer da vida, a gente sempre acha um que tenta rebaixar meu trabalho, quer me entristecer, me colocar para baixo. Mas eu levanto a cabeça e bola para frente.⁶³

Mara também é profissional da construção civil, a mulher mais jovem que entrevistei durante a pesquisa de mestrado. Com trinta e três anos, solteira e sem filhos, ela mora com a mãe e alguns irmãos e sobrinhos em Inhaúma, próximo à cidade de Sete Lagoas, na Região Metropolitana de Minas Gerais.

⁶¹ Cris, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

Figura 6 - Local da entrevista com Mara



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

As experiências relatadas por Mara contrariaram minhas expectativas e os relatos das outras entrevistadas. Seus relatos sobre o trabalho no canteiro de obras indicam uma menor distinção entre quem toma as decisões e quem executa as tarefas, além de uma dinâmica de trabalho orientada pelo compartilhamento de conhecimentos. De modo geral, seus relatos não incluem experiências de conflitos de gênero. Eles mostram que a opinião e as capacidades de Mara são valorizadas, sem discriminações por ela ser mulher.

Lá, como a gente trabalha assim, eu acho muito bonito, porque mesmo que tenha vários outros pedreiros, às vezes um está no quarto, o outro está no outro quarto, o outro está na área gourmet, e eles, mesmo sendo pedreiros, eles não se acham melhor do que o outro. Eles tiram dúvida um com o outro, eles me chamam na hora que estão fazendo.⁶⁴

Para Mara, é importante ser incluída no processo de tomada de decisões. Ela

⁶⁴ Mara, entrevista realizada em agosto de 2022.

aprecia quando seus colegas pedem sua opinião, mesmo quando ela não tem pleno conhecimento sobre o assunto.

Sabe, eles procuram também opinião comigo, eu posso não entender, mas aí eles me explicam mais ou menos, para eu entender como é que vai ficar aquilo ali. Eu falo com eles, *Vai ficar bonito sim*, ou não, eu falo, *Vai ficar feio, não dá não*. Eu acho muito interessante eles me pedirem opinião também, assim, por eles terem muito mais anos que eu em obra.⁶⁵

Eles me explicam com toda paciência como é que vai ficar, às vezes meu patrão também pega alguns projetos, e ele me mostra, sabe. *Olha Mara, como é a planta*. Ele vai me mostrando, ele faz muita questão de me mostrar. *Para você aprender, Mara, a ler a planta da casa*, ele fica falando, *Para você aprender porque vocês pedreiros tem que aprender isso, ver a planta, vocês tem que colocar ela em prática, vocês vão ter que levantar do jeito que está aí*. Eu falo, que bom, e ele vai me explicando, com todo carinho e toda paciência, ele me explica. Não só ele, como meu irmão, como todo mundo que está lá, que já sabe, que são sábios, que mexem já nessa área, me explicam com toda paciência do mundo, e eu fico muito alegre. Porque eles me incentivam mais ainda, me dá mais gosto de ficar nessa profissão.⁶⁶

Mara relatou uma experiência interessante que teve no canteiro de obras. Em um momento de ócio, ela se ofereceu para peneirar areia, uma atividade braçal que demanda esforço considerável. Os colegas, então, construíram uma estrutura simples que permitia que a peneira ficasse suspensa por cabos, de modo que Mara não precisaria sustentá-la nos braços, facilitando seu trabalho. Foi a primeira vez que um ajuste desse tipo foi feito para ela, e ela diz acreditar que não há uma desconsideração de sua capacidade por trás da iniciativa. Ela conta que seu patrão já lhe disse, mais de uma vez, que ela não deve realizar tarefas extenuantes.

E ele fala comigo, essa semana mesmo ele falou comigo assim, olha, eu estou te dando autoridade, qualquer um que chegar perto de você, e você também pode chegar perto e falar que eu te dei autoridade. Eu não quero ver você pegando peso aqui sozinha jamais, não só você, mas todo mundo. É

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

um ajudando o outro aqui, eu não quero ver você carregando peso sozinha. Não quero, não é porque você está trabalhando nessa área que você tem que carregar peso sozinha. (...) Não é porque você está na construção que você tem que ficar carregando peso. Você é mulher, é delicada, não vai carregar sozinha não. Você vai ser tratada como uma mulher normal.⁶⁷

A reprodução que Mara faz das palavras de seu patrão sugere que a orientação para não realizar atividades pesadas sozinha não era uma distinção motivada por seu gênero, mas estendida a todos os pedreiros e serventes. No entanto, a expressão "mulher normal", usada por ele e também por Mara em outros momentos da entrevista, revela como a homogeneização de uma suposta essência feminina faz parte dos consensos que orientam as ações e percepções das pessoas, consolidando estereótipos do papel feminino nas práticas sociais.

Eu falo com as pessoas, eles acham que só porque a mulher está nesse serviço, em obra de construção civil, que eu não posso ser mulher. Tanto mulher quanto homens, como eu sou uma moça solteira, eu escuto muito isso, *qual está sendo sua área?* Eu falo, *estou mexendo agora na área de construção civil*, mas eu falo com eles, *mas eu sou como qualquer outra mulher, eu não sou bruta, eu sou bruta lá no meu serviço. Eu sou carinhosa, eu sou delicada, eu sou mulher. Não precisa ter medo de mim não, não é só porque eu estou lá na obra que eu vou ser uma mulher bruta, que eu vou ficar brigando, que eu vou bater em você. Eu sou bruta lá no meu serviço, eu sou mulher igual a qualquer uma.* Eu arrumo cabelo todo final de semana, eu arrumo unha, eu vou para o salão fazer sobrancelha, eu coloco cílios, eu faço academia todos os dias. Vou para minha academia todo dia, não muda nada, eu sou uma mulher igual a qualquer uma. Tenho minha rotina no final de semana, eu saio, me visto como uma mulher normal, se for para colocar um short eu coloco, se for para colocar uma saia... eu me transformo no final de semana. Meio de semana eu estou na minha rotina normal, com a minha botina e minha calça jeans, no final de semana eu estou com rasteirinha, tênis, com salto, se precisar... estou como uma princesa no final de semana. Tipo hoje, estou toda linda, de batom, cabelo escovado, fiz a sobrancelha, coloquei cílios... Igual toda mulher, e mesmo assim eu trabalho na área de construção. Como qualquer outra mulher. Eu penso assim, entendeu?⁶⁸

Como já discutido parcialmente nas seções anteriores, a sociedade estruturada pela dominação masculina atribui papéis sociais diferentes para homens e mulheres. A perpetuação histórica desses papéis e a forma como são subjetivamente incorporados pelos indivíduos dificultam seu reconhecimento e, para analisar a intersecção entre mulheres e a autoprodução de seus espaços cotidianos são

⁶⁷ Mara, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁶⁸ Ibidem.

necessárias algumas reflexões sobre esse tema.

Um conceito importante para essa discussão é o de *habitus*⁶⁹, desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu, por ajudar a entender as relações entre o comportamento dos indivíduos e os condicionamentos sociais. Resumidamente, Bourdieu descreve o *habitus* como uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, em que atitudes, gostos, estratégias e modos de agir e reagir a situações são determinados por disposições incorporadas, mas que se desenvolvem e se redefinem a partir das experiências acumuladas ao longo da vida. Em outras palavras, o *habitus* se refere a um sistema de esquemas individuais, socialmente constituídos, que guia as vivências das pessoas, muitas vezes de forma inconsciente. Nossas ações, preferências e comportamentos não são inteiramente individuais, mas são moldados pelas disposições que incorporamos conforme a posição que ocupamos na sociedade, de acordo com os grupos e classes sociais aos quais pertencemos.

Dois aspectos da conceituação de Bourdieu são especialmente relevantes aqui. O primeiro é que estruturas e comportamentos socialmente determinados — como as relações de poder e as distinções entre os papéis atribuídos a homens e mulheres, que sustentam a dominação masculina — são incorporados como parte do *habitus* dos indivíduos. Assim, esses comportamentos adquirem um caráter natural e tornam-se socialmente aceitos e reproduzidos de maneira irrefletida e inquestionada, configurando o *habitus* como um instrumento de dominação e manutenção da ordem hegemônica.

O segundo aspecto é que o conceito de *habitus* permite identificar certa homogeneidade em grupos ou indivíduos com trajetórias sócio-espaciais semelhantes. Bourdieu destaca que o uso do *habitus* não representa uma generalização rígida, como se todas as pessoas com vivências similares incorporassem o *habitus* de forma idêntica. Pelo contrário, o reconhecimento da subjetividade é essencial para entender o conceito. O ponto central é que, na presença de condições sociais compartilhadas, podem-se perceber padrões de *habitus* de

⁶⁹ BOURDIEU, *A distinção: crítica social do julgamento*, 2004.

acordo com a conjuntura em que esses indivíduos e grupos estão inseridos, o que se aplica às mulheres enquanto integrantes de um grupo sócio-espacial.

As relações sociais, culturais e espaciais vivenciadas por mulheres são muito mais complexas do que os estereótipos do senso comum sugerem, como a definição do papel feminino. As mulheres são frequentemente essencializadas como afetivas, sensíveis e propensas a atividades de cuidado, características geralmente vistas como inferiores. Desvios dessa "essência" são fonte de conflitos, tanto entre as mulheres e outras pessoas quanto internamente, na forma como elas se veem e se valorizam. Reconhecer o gênero como uma das condições que estrutura o *habitus* e, portanto, como determinante da disposição para certos modos de agir, pensar e sentir, é um caminho para interpretar as experiências femininas em relação à autoprodução de seus espaços cotidianos.

Trabalhar na construção civil é visto pelo senso comum como um desvio do papel feminino. A ideia de que mulheres não entendem do assunto e não são capazes de aprender e realizar as tarefas no canteiro de obras é uma limitação que não só impede a atuação feminina devido à interferência de outros, mas também restringe as possibilidades que as próprias mulheres consideram para suas vidas. As construções sociais levam ao desenvolvimento de habilidades diferentes para homens e mulheres, direcionando-os a áreas de atuação pré-definidas, das quais é difícil se libertar apenas com esforços individuais.

Carla, apresentada no tópico anterior, contou sobre como sua decisão de atuar profissionalmente na construção civil foi recebida por seus familiares, mostrando uma consequência comum vivenciada por mulheres cujos comportamentos e opiniões se desviam do papel feminino: o estranhamento por parte de outras pessoas e a associação de suas personalidades a características vistas como tipicamente masculinas.

Os meninos lá em casa costumam falar que eu sou o homem da casa. Meu irmão fala comigo, *Você que é o homem da casa*, minha cunhada fala, *Nossa, mais um tiquinho que você demorasse para nascer você seria homem*. Eu falo assim, *Não precisa de ser homem para fazer o que gosta*, então eu acho

que uma coisa não tem nada a ver com a outra.⁷⁰

Cris também acredita que mulheres são capazes de participar de processos de produção espacial, seja na tomada de decisões ou participando ativamente das obras, como ela mesma faz. Contudo, ela argumenta que isso demanda uma postura diferente.

Eu falo que para você trabalhar com isso, para mulher trabalhar com isso, ela tem que fazer isso de cabeça erguida e sangue no olho. E sem medo, porque se ela for negativa, tiver medo de aprender, ela não fica muito tempo não.⁷¹

As entrevistas mostram como o *habitus* incorporado pelas mulheres influencia suas escolhas e estilos de vida. Nenhuma das mulheres entrevistadas que atuam profissionalmente na construção civil o fizeram por escolha, mas ingressaram nesse mercado como uma alternativa, aproveitando oportunidades que surgiram após anos de trabalho em funções tradicionalmente femininas.

Outra reflexão importante é sobre o aspecto financeiro, que foi um dos pontos de convergência entre as entrevistas. Eliana, Cris e Iolanda disseram ser as principais responsáveis pelo aporte financeiro das obras, e seus relatos são pontuados por casos em que apresentaram essa condição como motivo pelo qual suas decisões deveriam ser respeitadas. Percebe-se aí um paradoxo entre o que é convencionalmente visto como papel masculino e feminino: uma das bases da dominação masculina é a obrigação de prover o sustento financeiro da família por meio de sua atuação na vida pública, enquanto a mulher se ocupa do cuidado e do trabalho doméstico. Apesar de essa divisão não ser mais a realidade de grande parte da sociedade, de modo geral ela permanece como 'regra'. Um de seus resultados é uma maior sobrecarga feminina, pois os comportamentos e responsabilidades atribuídos ao papel feminino não se atenuam ou desaparecem quando elas desempenham funções tradicionalmente masculinas.

A ligação entre as características atribuídas ao gênero feminino e as

⁷⁰ Carla, entrevista realizada em julho de 2022.

⁷¹ Cris, entrevista realizada em agosto de 2022.

prioridades das mulheres na produção de seus espaços foi outra questão recorrente, e teve destaque nos relatos de Eliana. Durante toda a reforma de sua casa, ela se preocupou com o impacto que a moradia teria no futuro de sua família. Além da limitação de recursos financeiros e sua relutância em passar por novas obras, Eliana destacou a importância de os espaços atenderem às mudanças nas dinâmicas cotidianas com o marido e, eventualmente, com as filhas, justificando assim a atenção que dedicou ao planejamento dos espaços. Eliana relatou sobre a divergência de opiniões entre ela e o marido quanto à possibilidade de fechar a varanda com janelas de vidro.

Eu já programei direitinho ali como vai ser minha cozinha, onde eu quero o vidro, onde eu vou tampar. Ele fala, *Ah, não, mas não precisa, na época de frio a gente não vai ficar aqui a noite mesmo*. Eu falei, *Eu sei que não, mas eu quero fazer do jeito que eu quero, quero fechar, quero tudo arrumadinho*. Até nisso a gente pensa, a gente que é mulher, pensa não só no agora, a gente pensa lá na frente. (...) Eu quero fechar tudo, é na varanda, mas eu quero fechar até por causa disso, é uma economia no gás que a gente que é mulher que pensa. Homem não pensa nisso não, eles não cozinham. Eles vão na cozinha só para comer, principalmente o meu, vai na cozinha só pra comer. Para mais nada, né.⁷²

A justificativa apresentada por Carla sobre o porquê de não concordar com a solução apresentada pelo pedreiro para as obras na parte da frente de seu lote se dá no mesmo sentido.

Então eu não quero fazer esse terreiro só pensando em mim e nas minhas filhas. E vai que, Deus me livre e guarde, no futuro uma das meninas se machuca, ou eu me machuco.⁷³

Além delas, outras mulheres que entrevistei parecem pensar de forma semelhante. Em geral, é comum ver homens como impulsivos e corajosos, enquanto mulheres são vistas como cuidadosas e temerosas. Essa associação de comportamentos específicos conforme o gênero contribui para manter as mulheres

⁷² Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

⁷³ Carla, entrevista realizada em julho de 2022.

em posições inferiores nas hierarquias de poder e acrescenta mais uma sobrecarga às suas vivências. Enquanto se sentem responsáveis pelo bom funcionamento da casa, são impedidas de participar ativamente dos processos que a determinam.

Uma implicação importante de ser considerada acerca da determinação de comportamentos ideais para mulheres é o que as pesquisadoras Anderson e Jack chamam de perspectivas conflitantes⁷⁴ nos discursos femininos. O relato de Iolanda é um exemplo disso. Escutando em estéreo, é possível perceber que a narrativa de Iolanda por vezes combina visões separadas e antagônicas: uma que se encaixa nos conceitos e ideais da dominação masculina e outra que reflete a realidade de suas experiências pessoais.

Com os problemas da minha vida, eu aprendi a resolver tudo. Só eu. Então eu que decido onde eu quero, o que eu quero fazer, e eu aceito alguma ideia dele, ou de qualquer outra pessoa, mas quem decide sou eu.⁷⁵

Ao mesmo tempo em que afirma enfaticamente tomar suas próprias decisões, ela ressalta que leva em consideração as opiniões de outras pessoas, incluindo o marido. Interpreto isso como um recurso para amenizar uma postura impositiva, atípica para uma mulher, com uma característica socialmente mais aceita. Além disso, suas afirmações ambíguas sobre o exercício de sua autonomia eram quase imediatamente seguidas pelo relato de algum conflito, sugerindo experiências reais de interdição dessa autonomia. A escuta em estéreo permite perceber melhor as camadas de complexidade dos relatos. Durante a entrevista, percebi a importância que Iolanda dava em deixar claro que podia e conseguia fazer valer suas vontades e necessidades, evidenciando que o que ela relatava era um estrato da realidade orientado por seus valores, pela visão que tem de si mesma e do papel que exerce em suas próprias experiências, como quando disse:

Quem decidiu foi eu, mas ele decidiu puxar a suíte, para ela pegar também em terreno firme. Mas o resto sou eu que decido, eu vou fazer isso e pronto.

⁷⁴ ANDERSON; JACK, *Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses*, 1991.

⁷⁵ Iolanda, entrevista realizada em junho de 2022.

Ele me ajuda, mas quem decide sou eu.⁷⁶

A estrutura da narrativa de Iolanda, primeiro estabelecendo seu poder de decidir sobre a produção de suas moradias e só depois falando sobre ter sido impedida de seguir com o que havia decidido, me permitiu compreender melhor como o autoconceito, seja ele coerente com a expectativa social ou disruptivo, se relaciona com normas culturais, com o modo que ela acredita que deveria agir e como interpreta suas próprias ações e escolhas.

Os relatos de Eliana indicam ambiguidades semelhantes. Por um lado, ela diz *sabe, eu sei que eu não entendo de arquitetura, não entendo de nada*; por outro, diz que *mas as coisas que eu opinava, eu opinava porque eu tinha certeza*. Entendo que a desconsideração de seu conhecimento se refere mais ao fato de ser empírico, ao invés de prático ou institucionalizado, do que às disposições do *habitus* que ela incorpora por ser mulher. No entanto, como as experiências são compostas por uma multiplicidade de questões inter-relacionadas, é possível que a absorção das restrições do papel feminino, que não inclui conhecimentos e atuações na construção civil, influencie e limite a percepção que ela tem de si mesma e de suas capacidades.

Percebi que essa ambiguidade nos relatos reflete um conflito entre a intenção de se vincular a um padrão de comportamento considerado melhor e mais justo, onde suas demandas e ações não são desmerecidas por serem mulheres, e o *habitus* que incorporaram em relação ao papel feminino. Essa duplicidade em que operam corresponde a um descompasso entre o que querem ser e o que acham que deveriam ser, como gostariam de agir e como suas intenções efetivamente se manifestam, aspectos que estão estreitamente relacionados às formas como se inserem no processo de produção de seus espaços cotidianos.

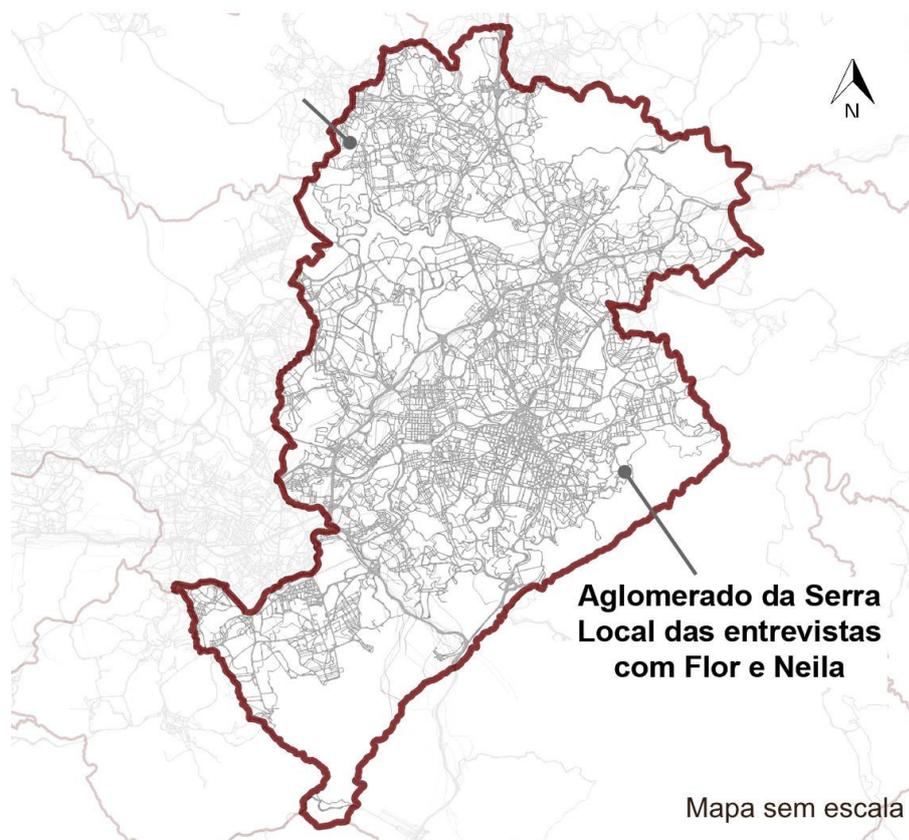
A observação crítica que as mulheres têm em relação a si mesmas, apontada por Anderson e Jack como uma de suas percepções, é outro aspecto que se manifestou nas entrevistas. Esse comportamento se manifestou principalmente em relação a outra evidência da incorporação do *habitus*, alinhada com o que

⁷⁶ Iolanda, entrevista realizada em junho de 2022.

convencionalmente se espera das mulheres: como a responsabilidade de cuidar da família ou de outras pessoas próximas recai de maneira distinta sobre as mulheres e como essa responsabilidade influencia a forma como interpretam suas próprias ações.

Carla, por exemplo, disse que não gosta da disposição dos cômodos de sua casa porque, quando está na cozinha, que fica no fundo do lote, não consegue ver o portão de entrada e não escuta quando alguém entra na casa, e por isso ela o mantém sempre trancado. Ela se preocupava sobretudo com as filhas, que ficavam em casa sozinhas enquanto ela estava trabalhando, e essa prioridade que dá à segurança foi o motivo pelo qual ingressou no projeto Arquitetura na Periferia - de acordo com ela, quando entrou para o grupo construir o muro era seu único objetivo. A importância que Carla atribui à segurança proporcionada pelo muro ressoa em outras duas entrevistas que realizei em 2018, uma com Neila, moradora do Aglomerado da Serra, e outra com Simone, residente da Comunidade Eliana Silva.

Figura 7 - Local das entrevistas com Flor e Neila



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Neila participou da Oficina de Assentamentos Precários⁷⁷, disciplina que cursei durante a graduação, e pediu que o projeto desenvolvido pelos alunos incluísse um muro em um dos lados de sua casa. Outros participantes da disciplina tentaram dissuadi-la, argumentando que ela perderia a vista da cidade e prejudicaria a iluminação e ventilação natural. Neila rebateu, dizendo que era muito mais importante garantir a privacidade e segurança de sua família. Sua casa tinha sido construída em uma parte do terreno bem abaixo do nível da rua, permitindo que quem passasse em frente visse alguns dos cômodos internos e observasse quem estivesse na casa. Como Carla, Neila se preocupava com a segurança das filhas, que passavam parte do dia sozinhas em casa. A construção do muro era sua prioridade desde o início da obra, mas como não tinha o dinheiro necessário para construí-lo na primeira fase da construção, ela pediu que os pedreiros deixassem esperas de ferragem nos tubulões externos, preparando o local para a construção do muro.

Então o muro vai descer. Eles falaram que não é para descer, porque têm visão privilegiada. [...] Não estão vendo a prioridade minha. É eu que moro aqui, é eu que tenho que estar bem. É eu que passo o dia inteiro, não é o pedreiro, não é o arquiteto. Eu que vou pagar e eu que vou sobreviver dentro da minha casa.⁷⁸

Já Simone tinha uma preocupação específica que a motivava a priorizar a construção de seu muro. Ela foi vítima de violência doméstica e se separou de seu companheiro poucos meses depois de se mudar para a Comunidade Eliana Silva. Para ela, o muro representava uma barreira contra uma possível tentativa de invasão por parte do ex-marido. Assim como com outras demandas que tinha para a casa, Simone enfrentou tentativas de dissuasão, mas conseguiu ter sua vontade atendida por meio do projeto AnP, cuja decisão de participar se deu pelo fato de ser composto por mulheres.

Eu acho que não entraria se fosse um grupo de homens. Eu não ia entrar, não ia ser tão interessante pra mim. [...] Eu queria mulheres, para gente

⁷⁷ *Oficina de Urbanismo e Paisagismo: Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários, cursada no curso de graduação pela Escola de Arquitetura da UFMG.*

⁷⁸ Neila, entrevista realizada em 2018.

conversar, dialogar da vida. A gente se identifica, a gente está ali lutando pela mesma coisa.⁷⁹

Com as meninas é outra coisa, não tem nem comparação [...]. Porque, com os homens, parece que eles não querem nem ouvir, igual esse último pedreiro que contratei. A gente falava coisas com ele e ele não ouvia, não. Parecia que não tinha diálogo. Mas, com as mulheres, aí sim tem diálogo.⁸⁰

Contudo, a autorreflexão crítica não se manifestou apenas nos relatos de experiências que correspondem ao papel feminino: todas as entrevistadas desenvolveram reflexões sobre atitudes próprias ou de outras mulheres que não se encaixam na ideologia do senso comum. Enquanto discutia os motivos por trás de suas preferências para a nova cozinha, Eliana refletiu sobre os custos que acompanham a exclusão das mulheres dos processos de decisão na produção de suas moradias:

Então, a gente que é mulher e vive dentro da casa, tem que bater o pé e querer as coisas do nosso jeito, porque quem vai lidar ali sou eu. Se eu falar, ah, eu me arrependi, eu não queria assim, na época eu queria isso e aquilo outro, você não vai ficar martirizando aquilo, foi você que quis.⁸¹

Interpreto que esses momentos de reflexão das entrevistadas indicam que a participação no processo de produção da moradia tem uma importância singular para essas mulheres. Todas apresentaram relatos que deixam claro como suas experiências nesse contexto ocupam uma posição de destaque em seus pensamentos e ponderações. Acredito que um dos motivos pode ser a complexidade de se inserirem na autoprodução de seus espaços e como as consequências dessa inserção interferem em suas vidas. Tentar romper com pressupostos sociais e atuar em contextos onde são vistas como não pertencentes exige um esforço cognitivo significativo, suficiente para ter se manifestado em todas as entrevistas e, em algumas, ter surgido mais de uma vez.

⁷⁹ Simone, entrevista realizada em 2018.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

6.4 Especificidades da autoprodução de moradias

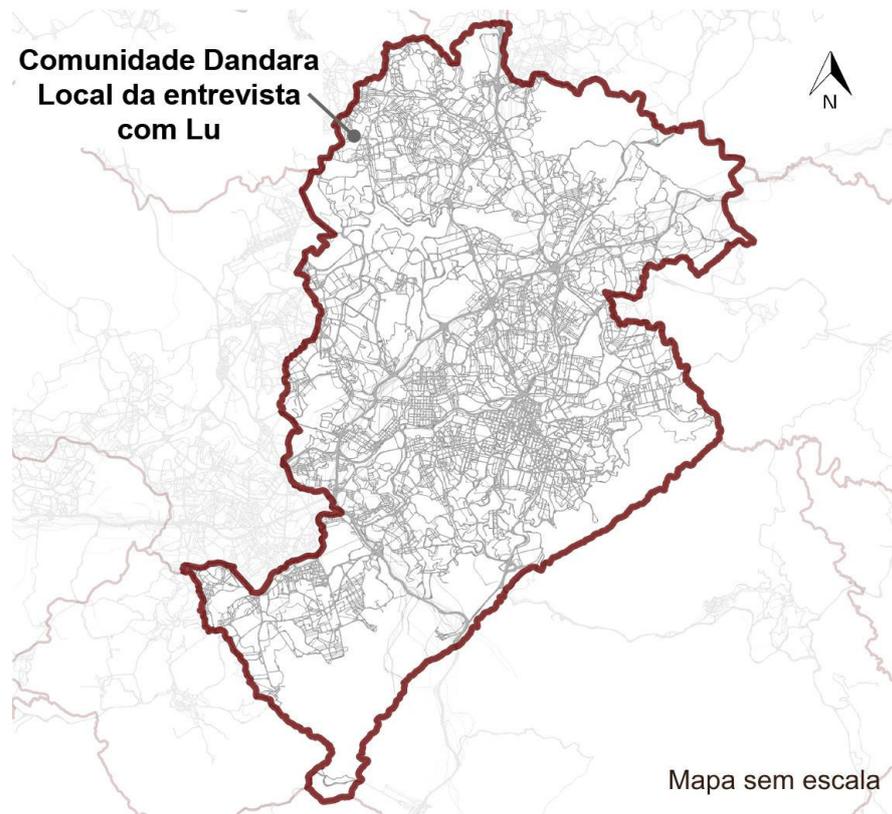
(...)eu nem sonhava em mexer com construção. Só no fim de semana, quando a gente vinha de Belo Horizonte, que a gente construía aquela parte do segundo andar.⁸²

Lu é uma mulher negra, mãe de três filhos, ativista de movimentos sociais, integrante do AnP, idealizadora e fundadora da Aura da Luta e cofundadora do Cursinho Dandara. Muito consciente das lutas e desafios que enfrentou durante sua vida e com um olhar empático que se estende para outros moradores urbanos informais, Lu tem uma grande disposição para a conversa e seu discurso é muito eloquente. Eu já a havia entrevistado durante meu TCC e decidi convidá-la para uma nova entrevista, agora como parte da minha pesquisa de mestrado, pois me lembrava da variedade de experiências que ela mencionou no nosso primeiro encontro e imaginava que ela teria acumulado muitas outras desde então.

Ela mora na Comunidade Dandara, localizada no bairro Céu Azul, região da Nova Pampulha, em Belo Horizonte. A ocupação, iniciada em 2009, foi organizada pelas Brigadas Populares e pelo MST, com o apoio significativo de advogados e profissionais da arquitetura e do urbanismo, tanto de instituições públicas quanto de outros setores da sociedade. Lu se instalou na Comunidade nos primeiros momentos da ocupação, em abril de 2009.

⁸² Mara, entrevista realizada em agosto de 2022.

Figura 8 - Local da entrevista com Lu



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDE-SISEMA (2024)

Desde pequena, a vida de Lu sempre esteve dividida entre a periferia e as ocupações. Ela viveu em uma ocupação pela primeira vez aos quatro anos e permaneceu até os vinte e poucos anos, quando foi morar em um bairro formal, mas ainda na periferia. A casa em que ela vivia quando criança foi construída por sua mãe, que criou Lu e seus irmãos sozinha. Lu fala sobre a angústia que sente ao pensar no tempo que sua mãe está construindo: no momento da entrevista, Lu tinha 37 anos e a casa da mãe ainda não havia sido finalizada. Além das dificuldades financeiras, ela acredita que a obra se prolongou por tantos anos porque os profissionais contratados se aproveitam do fato de sua mãe ser uma mulher solteira e sem muito conhecimento sobre construção civil.

As experiências de sua mãe com a construção da casa da família motivaram Lu a aprender sobre autoprodução. No início das obras de sua própria casa na Comunidade Dandara, Lu contratou um pedreiro para rebocar as paredes. Ela já havia participado do projeto AnP, e participou de uma oficina que ensinava a calcular os materiais necessários para as obras. Lu percebeu que o quantitativo elaborado pelo

pedreiro estava errado assim que ele o apresentou, mas, ao expressar sua preocupação, o pedreiro desconsiderou sua opinião, o que Lu acredita ter acontecido por ela ser mulher.

Um dia, ao chegar em casa depois de ter trabalhado como faxineira na casa de outra família, o pedreiro disse que seria necessário comprar mais cimento. Além do impacto financeiro, isso representava um problema maior para Lu, que operava em uma dinâmica de pagar um valor inicial e poupar parte do que recebia com as faxinas para os próximos pagamentos. A situação poderia ter sido evitada se o conhecimento de Lu tivesse sido considerado.

Quando ele falou da quantidade, eu disse que ele precisaria de pelo menos uns 10 sacos de cimento, que era o dobro do que ele tinha pedido. Eu falei, *Essas paredes estão tortas, isso vai consumir muito material*. Ele disse que o que eu tinha de idade ele tinha de experiência. Quando cheguei, ele já disse que precisaria de mais material, e eu não tinha de onde tirar dinheiro. Minhas coisas são organizadas porque eu não tenho dinheiro, então preciso organizar tudo muito bem. Ele disse que precisava de pelo menos 10 sacos de cimento, que era o que eu tinha falado. Começa aquela pressão para cima da gente. Eu precisava arrumar dinheiro, arrumar material, senão perdia o pedreiro.⁸³

Os relatos de Lu exemplificam uma das características centrais da autoprodução: a forma que ela permite que cada família configure o espaço de acordo com suas necessidades, se desenvolvendo continuamente sem uma separação rígida entre as fases de concepção, construção e uso do espaço, em uma lógica de menor imposição de normas por outras pessoas. No entanto, as vantagens atribuídas à autoprodução espacial nem sempre se materializam para as mulheres. A contestação das escolhas e necessidades femininas se baseia, entre outros aspectos, na inferiorização do gênero feminino, e a inexistência de separação entre as fases do processo produtivo pode criar uma dinâmica em que as restrições do direito e da capacidade das mulheres de exercerem sua autonomia e participarem dos processos de decisão é reiterada e repetida continuamente.

Outro aspecto que se destacou nas entrevistas foi a posse e a disseminação de conhecimentos sobre a produção espacial. A falta de conhecimento teórico e

⁸³ Lu, entrevista realizada em agosto de 2022.

prático foi apontada como um obstáculo para a participação nas decisões, dificultando a exposição de demandas e a contestação de profissionais contratados. Flor, na entrevista que fizemos em 2018, sintetizou bem essa problemática, quando disse *você deixa pra lá, porque não tem tempo nem experiência para argumentar com o cara.*

Mesmo nos casos em que possuem conhecimento especializado, é comum que as mulheres enfrentem discriminação de gênero. Eliana foi uma das mulheres que relatou uma experiência nesse sentido. Ela tem duas amigas que são arquitetas e que foram até sua casa algumas vezes para auxiliá-la com a reforma. A motivação que ela atribui à postura adotada pelos pedreiros quanto a presença das amigas na obra ecoa uma vivência compartilhada por muitas mulheres que atuam profissionalmente nos campos da arquitetura e da construção civil.

Quando a Claudinha, ou a Carol minha amiga vem aqui em casa, elas sempre vinham ver a obra, aí eles ficavam rindo, sabe. O pedreiro e o servente, ficavam rindo, e falavam que arquiteta não sabia pegar nem na colher, que palpite elas podiam dar [...] com certeza, só falaram porque era mulher.⁸⁴

Eliana também relata que sua participação no processo de tomada de decisões para a reforma de sua casa foi obstaculizada por sua suposta falta de conhecimento, em contraponto ao maior conhecimento que seu marido alegava possuir por ter participado da construção inicial da casa. É válido ressaltar que a proximidade que ela possuía com a moradia não fez parte dessa lógica de pensamento.

[...] eu não podia falar nada, porque por mais que eu seja, assim, não tão velha, eu tenho 49 anos, o Joãozinho tem 54, aí então levou pra aquele lado, eu não posso ficar dando muito palpite porque quando a gente construiu a casa pela primeira vez foi ele e meu pai, então ele sabe muito mais do que eu.⁸⁵

Discorrendo sobre suas experiências profissionais, Cris e Carla abordaram outro lado desse contexto: a resistência de algumas mulheres em buscar conhecimentos sobre arquitetura e construção civil devido ao receio de conflitos com seus maridos, que muitas vezes as desestimulam ou impedem de se dedicarem ao aprendizado.

⁸⁴ Eliana, entrevista realizada em junho de 2022.

⁸⁵ Ibidem.

Mas por causa disso, tem mulher que tem medo. Muita mulher tem medo. Elas falam, *Cris, eu quero aprender, mas eu tenho medo*. Eu falo, *Medo de que gente, medo não, vamos levantar a cabeça, bola para frente, você quer aprender? Tirar um nível, imagina você poder fazer o piso da sua casa, estar ali levantando uma parede, você tem o material, mas não tem dinheiro para pagar o pedreiro... É muito bom, nem que seja só uma cerâmica, um piso, o reboco. Uma coisa assim, mais leve, você mesmo fazer seu encanamento.* [...] Não é nem questão, elas não falam o que é, assim... elas falam. Só que elas têm medo de procurar aprender, elas são casadas, o marido não faz, mas também não deixa elas aprenderem, não aceitam... *Ah, não existe isso não, mulher depois fica querendo ser superior ao homem porque sabe rebocar uma parede*. Essas conversinhas, sabe? Elas ficam muito chateadas com isso, mas muitas não querem entrar no projeto por isso.⁸⁶

Carla, inclusive, vivenciou isso diretamente. Quando manifestou sua intenção em participar do projeto AnP, seu marido se mostrou contra e disse que *“aqui em casa não vai entrar esse monte de mulher não”*. Segundo ela, outras mulheres da Comunidade Paulo Freire desistiram de participar do projeto por atitudes semelhantes de seus maridos.

A posse de conhecimentos teóricos e práticos não apareceu nas narrativas apenas em contextos de restrição e desconsideração da participação feminina. Os modos de atuação apresentados por Carla, Cris e Mara, que trabalham profissionalmente na área da construção, indicam outras possibilidades de construção coletiva de saberes e meios de ação. Elas demonstram disposição em compartilhar o que sabem com outras mulheres, de maneira inclusiva e colaborativa. Uma das experiências relatadas por Cris é especialmente significativa por romper com a lógica produtiva tradicional. Sua interação com uma cliente revela uma atuação sem separação rígida entre concepção e construção, sem imposições de como os espaços devem ser, e sem a ideia de que a produção espacial é um campo especializado acessível apenas a alguns.

A mulher chegava perto de mim e falava baixinho, *Faz assim e assim?* Eu respondia, *Pode deixar que eu faço*. Ela pedia, *Faz caladinha, que aí quando ele assustar você já fez*. Por quê? Porque ele coloca esses empecilhos. O homem coloca esses empecilhos. Por isso que ela já pediu escondido. Ontem, antes de eu ir embora, coloquei uma cerâmica no fundo do tanque, porque a que estava lá estava toda quebrada. Ela disse, *Ali está tão feio*. Eu falei, *Tem uns buracos aqui, a água está infiltrando dos lados do tanque*. Eu sugeri, *Vai lá no museu da cerâmica e compra, que eu coloco para você*. Ela

⁸⁶ Cris, entrevista realizada em agosto de 2022.

fez, mas como eu não tinha maquina, pedi ao vizinho da frente que cortasse a cerâmica. Fiz o trabalho caladinha, e quando ele voltou, já estava pronto. Ele disse que não ia gastar dinheiro, que era bobagem. Mas ela disse, *Eu quero me sentir bem nessa casa, você faz para mim, Cris?* Quando cheguei em casa, ela até me mandou mensagem dizendo que adorou. Faz tanta diferença... E isso acontece muito.⁸⁷

Os relatos de Cris incluem outra dimensão importante: as possibilidades de ganho de autonomia para mulheres com conhecimento sobre autoconstrução. Ela também enfatiza a satisfação pessoal ao concluir esses projetos.

Outro dia, uma amiga minha estava precisando de ajuda. Eu disse, *Vamos, qualquer coisa que você não souber, eu vou te ensinando.* Ela trabalhou comigo até terça-feira e gostou muito, porque quer aprender. Eu acho que é algo que eu queria fazer, dar umas oficinas, ensinar as mulheres a mexer com elétrica, encanamento. Rebocar uma parede, tirar nível, são coisas que a Cenir me ensinou e eu quero passar para frente. É muito triste ter um encanamento entupido e não saber desentupir, ter uma pia para assentar e não saber como, e às vezes é muito caro. Elétrica, uma tomada o eletricista cobra 60 reais. Você fica debilitado dentro de casa, sem poder ligar as coisas, porque não sabe fazer. Eu gosto de ensinar, quero repassar o que aprendi.⁸⁸

Às vezes, vejo alguém desanimado e digo, *Gente, não desanima não, não tem coisa melhor que ver sua casa pronta e falar, eu que fiz, eu não dependi de ninguém para fazer.* É muito bom.⁸⁹

A maneira como essas mulheres compartilham conhecimento contrasta com a lógica convencional. Elas buscam capacitar outras mulheres, criando uma rede de apoio e aprendizado que desafia as barreiras tradicionais de gênero e promove uma maior autonomia feminina na produção de seus espaços. O relato de Lu sobre uma conversa que teve com uma conhecida sobre o projeto AnP mostra uma interação mais colaborativa e construtiva do que as experiências que teve com profissionais da construção civil, sobretudo pela ausência de imposições externas. Em vez disso, a interação seguiu uma lógica de construção conjunta de conhecimento, algo que Lu diz apreciar muito mais.

E aí assim, como que seria bacana se eu, com a minha ideia, juntar com a ideia de uma outra pessoa que é diferente da minha, como que isso iria fazer coisas grandes. Porque os dois iam ser obrigados a pensar, e pensar de outro jeito, tipo, eu pensei em colocar essa porta aqui, mas não necessariamente essa porta precisava ficar nesse lugar, se tem mais alguém pra discutir e para pensar junto, e os dois estão abertos a entender o porquê de a porta não

⁸⁷ Cris, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

estar ali, o porquê de a porta não ter esse formato...⁹⁰

Lu comenta que, mesmo que na época já tivesse definido os elementos estruturais que usaria em sua casa, ela passou a refletir sobre outras possibilidades após a conversa. Ela contrapõe essa experiência com o que costuma perceber em situações em que os profissionais contratados são homens.

E ontem, quando eu estava conversando com a Lorena, eu comecei a pensar em várias outras coisas. Porque eu já sei como eu quero, mas aí vem ela, com outras ideias, e a gente, quando vai ver, passaram duas ou três horas e a gente está falando de qual revestimento eu vou colocar ali na fachada. E a gente tentando entender o preço, o processo de produção desse material, quanto tempo ele dura, se ele vai sair da moda rápido ou não.⁹¹

E o pedreiro tem uma frase assim, *Não dá para fazer*. Eu falo, eu quero abrir uma janela nessa parede, eles falam, *Não dá para fazer*. E ao invés da conversa ser assim, *Olha, se você abre essa janela nessa parede, você vai perder a parede que você podia colocar um móvel, você perdeu tanto espaço na sua sala, a ventilação não vai ser boa, a iluminação não vai ser boa, você criou um elefante no meio da sua sala, você vai fazer o que com um elefante no meio da sua sala*. É trazer o porquê, só que, e aí eu vou colocar todos, os profissionais da construção são tão vaidosos, que eles não precisam explicar o porquê das coisas. Não precisa, é uma manha antiga, é porque eu estou mandando, porque é assim. E tudo na vida tem um porquê, por que que na obra não vai ter? É porque aqui a iluminação não vai favorecer sua casa, porque aqui depois de um tempo você vai perceber que você perdeu espaço da sua sala, e aí você vai querer fechar e vai perder o material... tem várias formas de explicar o porquê de não fazer tal coisa na obra. E muitas das vezes é porque vai dar muito trabalho e eles não querem fazer tanto trabalho. Então é muito melhor colocar a janela onde já está colocando a porta, porque aí só sobe metade da parede e a janela está pronta, e ele ganha o mesmo dia de trabalho, fazendo metade do que tinha que fazer.⁹²

O processo de decisão sobre a solução construtiva para o telhado de sua casa também mostra as diferenças nas relações de gênero e nas premissas adotadas pelos profissionais da construção civil ou, no caso, da arquitetura e do urbanismo. Embora Carina, fundadora do projeto AnP, tenha tentado convencer Lu a adotar uma solução mais econômica, Lu preferiu construir lajes de concreto devido às suas experiências anteriores com moradias precárias. Carina respeitou sua decisão, mostrando uma abordagem mais inclusiva e compreensiva.

Ela falava, *Mas pensa, Lu, tem tal forma, tal coisa que está usando*, e eu assim, *Eu quero laje*. Ela, *Vamos fazer os cálculos de quanto você vai gastar*,

⁹⁰ Lu, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁹¹ Lu, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁹² Ibidem.

Lu. Para a laje, está dando esse tanto. Se você faz um telhado assim e assim, você o embute. Mas eu não conseguia ver que esse telhado não ia voar. Eu pensava, esse telhado vai voar, porque é telhado. O que não voa é laje. Hoje eu tenho duas lajes, não queria ter, porque hoje eu consegui entender isso. A lá de cima foi feita por um bando de homens, e ela vaza para caramba. Eu vou ter que colocar telhado em cima. Não fugi dele, vou ter que colocar um telhado. É esse cuidado, de entender por que o outro quer fazer aquilo, e quando explicar, fazer desse jeito, como foi explicado para mim. Porque depois eu vou olhar e pensar, eu não quis fazer desse jeito. Ia até ser melhor para mim, em questão de recurso, de segurança para minha família, mas eu não quis por isso, por isso e por isso. Agora pensa, se eu coloco o telhado do jeito que todo mundo me disse para colocar e tudo dá problema. Eu sempre ia olhar para o telhado com raiva, porque o povo que fez minha casa do jeito deles. Ou não me sentir pertencente aqui? Pensando que foi fulano que fez.⁹³

Os relatos das mulheres entrevistadas também abordaram o valor atribuído aos espaços produzidos. De modo geral, eles mostram que o valor da moradia vai além do investimento financeiro e inclui relações afetivas com a vizinhança, a qualidade urbana do bairro, como os espaços atendem às necessidades dos moradores e as experiências resultantes do processo construtivo. Iolanda, por exemplo, valoriza mais a segunda casa que construiu, mesmo não sendo a melhor em termos de qualidade de material. Lu, por sua vez, vê a construção de sua casa como uma forma de curar as dores acumuladas ao longo da vida.

Eu quero, na construção da minha casa, curar as dores que acumulei no processo de caminhada de vida. E as pessoas não entendem isso.⁹⁴

A valorização da dimensão coletiva e dos esforços voltados para a emancipação das pessoas envolvidas é essencial, como destacado por Lu em seu relato sobre um mutirão para a construção do segundo andar de sua casa.

*Uma outra mulher estava com problema de saúde, então ficou fazendo comida, e reclamou, *Ah, eu queria ter feito, ter colocado a mão na massa. A gente nesse exercício falava, *Você fez, você colocou muito tijolo ali. Porque se não tivesse comida, a gente não iria dar conta de colocar os tijolos.**⁹⁵*

Por fim, os relatos revelam também outra discrepância entre o que é visto como um ganho da autoprodução habitacional e o que é experienciado por mulheres

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Lu, entrevista realizada em agosto de 2022.

⁹⁵ Ibidem.

inseridas nesse contexto. Na autoprodução o foco geralmente reside no valor de uso, ao invés da prioridade ser o valor de troca. Ou seja, importa mais a capacidade do espaço satisfazer as necessidades dos moradores do que a possibilidade de que ele seja convertido em capital financeiro por meio da venda. Contudo, a experiência concreta das mulheres entrevistadas mostra que as hierarquias e desigualdades que são parte constituinte do processo de produção espacial fazem com que o valor de uso não se materialize.

Não convém generalizar as especificidades verificadas nos relatos como uma característica inerente à intersecção entre mulheres e autoprodução espacial. Apesar disso, se considerada como parte da perspectiva de análise, pode propiciar novos entendimentos sobre como elementos físicos e afetivos estão intrinsecamente associados na determinação das relações entre mulheres e seus espaços cotidianos e, conseqüentemente, como elas experienciam as hierarquias e desigualdades imputadas pelo processo produtivo. Além disso, possibilita antever possibilidades de processos de produção espacial em que predomine a dimensão coletiva e esforços voltados para a emancipação das pessoas envolvidas.

7 Considerações finais

No início desta dissertação, apresentei a pergunta que orientou a pesquisa: a maior autonomia, ainda que relativa, verificada na autoprodução espacial é majoritariamente um privilégio masculino ou pode ser generalizada? Com base na pesquisa realizada, confirmo minhas percepções iniciais: em geral, a relativa autonomia na autoprodução não se estende às experiências das mulheres.

Os relatos das entrevistas mostraram que a moradia reflete, em seu espaço físico, as estruturas que organizam a sociedade em relações de poder desiguais entre homens e mulheres. A lógica de desvalorização e marginalização de espaços informais também se estende à compreensão de como o processo produtivo e os produtos impactam de forma diferente a vida cotidiana de homens e mulheres. Uma consequência dessa lógica é que, frequentemente, a moradia se torna um espaço de conflito e tensão, mesmo que não explicitamente. O espaço da convivência familiar, da vida cotidiana, que tem significados diversos e particulares para seus moradores, acaba sendo um símbolo da subordinação feminina e serve mais como um obstáculo ao empoderamento das mulheres do que como um meio para que elas possam se contrapor aos discursos e práticas de inferiorização socialmente aceitos.

Pode parecer exagero dizer que o espaço da moradia possa ter impactos tão amplos e que, no sentido contrário, possa contribuir para a transformação social. É verdade que as problemáticas levantadas no texto envolvem fatores sociais, raciais, culturais e econômicos e, devido à sua perpetuação histórica, não podem ser resolvidas apenas com mudanças na produção espacial. Há muito a ser discutido sobre o exercício da autonomia feminina na produção habitacional. Contudo, a análise das entrevistas mostra que a casa ocupa um lugar central nos interesses, preocupações e prioridades das mulheres. Se a moradia é uma questão central, precisamos inseri-la no âmbito das opressões estruturais que caracterizam o sistema de dominação e exploração em que vivemos. E, como argumentado por Joice Berth, “se essas opressões são essencialmente relações de poder não lineares, é preciso

que se observe todos os seus espelhamentos, inclusive nos espaços físicos (...)"⁹⁶

Retomo, então, os objetivos centrais desta dissertação: ampliar o conhecimento sócio-espacial adotando uma perspectiva de gênero na análise de espaços produzidos fora da lógica convencional e refletir criticamente sobre as práticas dos profissionais da arquitetura e do urbanismo e suas implicações para a atuação feminina na autoprodução. Considero que a metodologia adotada para responder à pergunta da pesquisa atendeu aos objetivos.

Além de trazerem diversos indícios que respondem à pergunta central da pesquisa, a análise e interpretação dos relatos proporcionaram uma nova perspectiva sobre duas noções muito difundidas no campo da arquitetura e do urbanismo: a moradia é um privilégio, já que nunca foi um direito de todos, e a vinculação de homens com a esfera pública e de mulheres como responsáveis pela vida privada. Quando essas noções são aplicadas às particularidades da atuação feminina na produção de moradias, percebe-se que a capacidade e oportunidade de tomar decisões sobre seus espaços de acordo com suas próprias vontades e necessidades é um privilégio dentro de outro privilégio. E se o foco for o processo produtivo ao invés do produto, tanto os espaços públicos quanto os privados estão sob o domínio masculino. Embora tratem de recortes específicos da realidade vivida pelas entrevistadas, os relatos podem servir como referência para que profissionais envolvidos na construção civil busquem alternativas para superar ou, ao menos, minimizar os impactos negativos da interseção entre mulheres e a autoprodução de seus espaços.

Cabe, então, investigar de forma contínua e crítica como a produção espacial perpetua e reforça o papel passivo imputado a mulheres, contribuindo para preencher a lacuna nos assuntos abordados pelo campo arquitetônico convencional e contribuindo para o desenvolvimento de outras formas de atuação, tanto profissional quanto de outros indivíduos diretamente relacionados à autoprodução. O próximo passo para futuras investigações seria, então, buscar possibilidades de promover mudanças na condição injusta a que muitas mulheres são submetidas. O registro de

⁹⁶ BERTH, *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*, 2003, p.203.

experiências, a ampliação das perspectivas de debate e mudanças na atuação profissional são esforços importantes para construir essas alternativas.

REREFÊNCIAS

- ALLEN, Amy. **Entrevista com Amy Allen**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 3, p. 252–255, nov. 2016. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/10685_ENTREVISTA+COM+AMY+ALLEN. Acesso em: 16 abr. 2022.
- ANDERSON, Kathryn; JACK, Dana. **Learning to listen: Interview techniques and analyses**. In: Robert Perks; Alistair Thomson (eds.). *The oral history reader*. London: Routledge, [1991] 1998, pp. 157-171.
- BAUER, Martin. **The narrative interview: Comments on a technique of qualitative data collection**. Papers in Social Research Methods - Qualitative Series, London: London School of Economics, Methodology Institute, 1996. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2633/1/Narrativeinterviewing.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 1.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**, [1979] 2017.
- BRITO, Ângela; LEONARDOS, Ana Cristina. **A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n. 113, jul. 2001.
- CARDOSO, Carolina. **Sobre a mulher autoproductora e autonomia: os universos possíveis**. Monografia de graduação. Or. Margarete Maria de Araújo Silva. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista**. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso. Revista de Teoria da História, vol.22, nº 02, 2019, pp. 231-245.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVAULT, Marjorie; GROSS, Glenda. **Feminist qualitative interviewing: experience, talk, and knowledge**. In: Sharlene Hesse-Biber (ed.). *Handbook of feminist research: theory and praxis*. London: Sage Publications, 2007, pp. 173-197.7.
- DUARTE, Rosalia. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba: nº 24, 2004, pp. 213-225.
- FARIAS, Suelen Conceição. **O audiolivro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 31–52, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1895>. Acesso em: 05 jan. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade [1988]. In: Flávia Rios; Márcia Lima (orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano [1988]. In: Flávia Rios; Márcia Lima (orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **Narrative interviewing** [online]. London, 2007. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2633>. Acesso em: 16 jun. 2022.

KAPP, Silke. **A outra produção arquitetônica**. [2008]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 2, pp. 129–138.

KAPP, Silke. **Casa alheia, vida alheia** [2011]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 371–386.

KAPP, Silke. **Entrevistas na pesquisa sócio-espacial**. [2020]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 2, pp. 95–128.

KAPP, Silke. **Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial**. In: Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2021, pp. 351–364.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. **Arquitetura como exercício crítico** [2008]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar (eds.). Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 39–64.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Com orde minha mesmo**. Tese de Doutorado. Or. Silke Kapp. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Trad. Juliana Watson; Tatiana Nascimento. Estudos Feministas, v. 22, n. 3, [2010] 2014, pp. 935–952.

LYRA, Luna. **Espaços de cozinhar**: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado. Tese de Doutorado. Or. Silke Kapp. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOHANTY, Chandra. **Under Western Eyes**: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary2*, v. 12, n. 3.

OAKLEY, Ann. **Interviewing women: a contradiction in terms?** In: Roberts H, ed. *Doing feminist research*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981.

SANGSTER, Joan, **Telling our stories: feminist debates and the use of oral history**, In: *Women's History Review*, vol. 3, nº 1, 1994, pp. 5-28.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos**. *Cidades*, vol.9, nº 15, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013, p. 09.

SOUZA, Maria Salete Daros de; CELVA, Rubia Aparecida; HALVADJIAN, Vanessa. **Audiolivro: um suporte para a educação literária**. *Revista Digital Leitura: Teoria & Prática*, / Associação de Leitura do Brasil, Campinas, SP, v. 28, n.55, p. 28-36, 2010. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/69>. Acesso em: 09 jan. 2024.

